



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

LAIZ DE CASTRO REIS LIMA

O LADO OCULTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: O AUTOR
EM PAUTA

CACHOEIRA
2018

LAIZ DE CASTRO REIS LIMA

O LADO OCULTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: O AUTOR
EM PAUTA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social pela
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Orientadora: Profa. Dra. Jucileide Ferreira
Nascimento

CACHOEIRA

2018

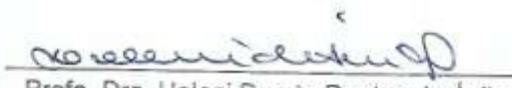
LAIZ DE CASTRO REIS LIMA

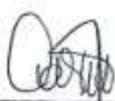
O LADO OCULTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: O AUTOR
EM PAUTA

Cachoeira – BA, aprovada em 25/04/2018.

BANCA EXAMINADORA


Profa. Dra. Juzeide Ferreira do Nascimento
Presidente da Banca Examinadora


Profa. Dra. Heleni Duarte Dantas de Ávila
Membro da Banca Examinadora


Assistente Social Carmelita de Jesus Santos Filha
Membro da Banca Examinadora

LAIZ DE CASTRO REIS LIMA

O LADO OCULTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: O AUTOR
EM PAUTA

Cachoeira-BA, Aprovada em XXXXXXXX

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jucileide Ferreira Nascimento
(Orientadora – UFRB)

Prof.^a Dr.^a Heleni Duarte de Ávila
(Membro Interno – UFRB)

Assistente Social. Carmelita de Jesus Santos Filha
(Membro Externo)

AGRADECIMENTOS

Por que dele e por ele, e para ele são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amem! Romanos capítulo 11, versículo 36.

É com essas palavras de exaltação que venho agradecer ao meu Deus por ter me permitido chegar até aqui, foram dias de dor, sofrimento, angustia, um longo caminho espinhoso, e ele com sua poderosa mão sempre esteve a me proteger e me deu sabedoria para escrever cada linha dessa monografia, sem ele nada disso seria possível. Obrigada Deus.

Nesse longo caminho que percorri, existiram pessoas que eu não poderia deixar de agradecer, são pessoas que me ajudaram nessa caminhada, e que levarei pra sempre em meu coração.

Quero agradecer primeiramente ao meu esposo Josias Lima, ao qual eu dedico com muito orgulho esse trabalho. Aquele que é meu maior incentivador, que não me deixa desistir de nada, que me coloca pra cima quando eu estou triste, que me faz sonhar acordada e que não cansa de afirmar que sou capaz de ir muito longe, que parou a sua vida pra viver o meu sonho, e não hesitou quando teve que fazer todo sacrifício só pra mim ver feliz. Obrigada meu amor, só quem ama de verdade é capaz de fazer tudo o que fez por mim.

A minha mãe Rita Reis que também parou a sua vida pra viver o meu sonho, cuidando com todo amor e carinho da minha filha pra que eu pudesse estudar, jamais esquecerei tudo o que fez por mim.

Ao meu pai por todas as palavras de incentivo, e por toda ajuda financeira, ele foi meu porto seguro quando eu mais precisava.

A minha filha Celine Lima que tão pequena se mostrou desde cedo tão madura pra entender que a mamãe precisava estudar, e que sempre me ajudava com suas palavras de amor que aquecia meu coração e que me dava forças pra continuar. Filha te amo

Ao meu bebê Heitor Lima, esse que foi gerado no ambiente acadêmico, que participou de tudo comigo, e se mostrou desde o ventre uma criança muito forte, que juntos escrevemos esse trabalho, rsrs, e ele ajudou a mamãe dormindo muito pra que eu pudesse terminar, passamos momentos difíceis, mais vencemos, um dia ele irá crescer e com certeza lerá o que escrevi pra ele. Filho eu te amo.

A minha prima Geoseane Cardoso por todo carinho e amor dispensado a mim, por todo companheirismo, que mesmo distante sempre torceu por mim.

As minhas amigas de jornada acadêmica, Karla Guedes, Ariana Farias, e Juliana Fonseca, minhas parceiras de todas as horas, com elas o riso era certo, as minhas tardes nunca mais serão as mesmas sem vocês, e juntas vivemos momentos inesquecíveis que serão guardados pra sempre em meu coração. Amigas que ganhei da vida.

A minha amiga e parceira Fernanda Brito, que com todo seu amor a sua profissão me “adotou” como sua estagiária e me mostrou o que o Serviço Social é muito mais do que diz a teoria, me levando a conhecer o fazer profissional. Jamais esquecerei o que fez por mim, serei eternamente grata por cada ensinamento dispensado a mim.

A minha supervisora de Campo Camila Souza, que sempre acreditou em mim, e foi minha maior motivação para a escolha da temática desse trabalho, juntas vivemos momentos de grande conhecimento, foram dois semestres de um trabalho gratificante, admiro sua força e coragem para viver os dilemas enfrentados no seu campo de atuação, és uma mulher guerreira. Obrigada por tudo.

A professora Doutora Rosenária Ferraz por ter me conduzido até a metade desse trabalho, obrigada por todo conhecimento dispensado.

A professora Doutora Heleni Àvila por ter me acolhido no término do trabalho, me ajudando no momento mais difícil que foi o encerramento do mesmo, a sua alegria trouxe paz para o meu coração e a certeza de que iria conseguir chegar até o fim.

Quando eu entrei na universidade eu fiz uma oração a Deus pedindo que ele enviasse anjos pra minha vida, pessoas que fossem canal de benção, e que eu não estivesse só nessa trajetória, e assim ele o fez. Mais uma vez a minha eterna gratidão ao meu Grande Deus.

RESUMO

O presente trabalho visa discutir a violência doméstica contra a mulher, sob o olhar do agente agressor. A motivação para o trabalho deu-se no momento do estágio obrigatório na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, no atendimento psicossocial aos supostos autores de violência doméstica contra a mulher situada na cidade de Feira de Santana/Bahia. O trabalho debateu a violência doméstica contra a mulher, como uma das expressões da questão social; as múltiplas facetas da violência doméstica contra a mulher e por fim a análise dos dados coletados. Trata-se uma pesquisa. Trata-se de um estudo de caso, pesquisa de caráter qualitativo. Foi utilizada entrevistas semiestruturada e utilizou-se da análise de conteúdo para apreciação das entrevistas. Por fim, é perceptível a necessidade de estudos dessa natureza, tendo em vista a pouca produção e pela importância de trabalhar com o agressor.

PALAVRA CHAVES: Violência Doméstica Contra a Mulher, agressor, atendimento psicossocial.

ABSTRACT

This study aims to discuss domestic violence against women, under the watchful eye of the aggressor. The motivation to work at the moment of the mandatory internship in the Domestic and Family Violence Vault against Women, in the psychosocial care of alleged perpetrators of domestic violence against women located in the city of Feira de Santana / Bahia. The paper discussed domestic violence against women as one of the expressions of the social question; the multiple facets of domestic violence against women and, finally, the analysis of the data collected. This is a survey. It is a case study, qualitative research. Semi-structured interviews were used and content analysis was used to evaluate the interviews. Finally, there is a need for studies of this nature, given the low production and the importance of working with the aggressor.

KEY WORD: Domestic Violence Against Women, aggressor, psychosocial care.

LISTA DE SIGLA

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

SPM – SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

SPMPR – SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO PARANÁ

TCO'SINT – TERMO CIRCUNSTANCIAL DE OCORRÊNCIA INSTAURADO

TCO'SREMET – TERMO CIRCUNSTANCIAL DE OCORRÊNCIA DO REMETENTE

IPINST – INQUÉRITO INSTAURADO

IPREMET – INQUÉRITO REMETENTE

TJBA – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO INSTITUTO OSVALDO CRUZ

UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

MPSP – MINISTERIO PÚBLICO DE SÃO PAULO

NOB/SUAS – NORMA OPERACIONAL BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil.....24

GRÁFICO 02: Tipo de violência sofrida dentre as mulheres que declararam ter sido agredidas (Série histórica).....25

GRÁFICO 03: Crescimento % das taxas de homicídios de mulheres (por 100 mil) nas Capitais, Brasil 2003/2013.....26

LISTA DE TABELA

TABELA 01: Comparativo: 2010/2011/2012/2013/2014/2015/2016/2017.....27

TABELA 02: Qualitativo geral de atendimento.....40

TABELA 03: Distritos e outras cidades.....41

TABELA 04: Quadro comparativo dos tipos de violências 2015/2016/2017.....42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.	14
1.1 A “Questão Social” no capitalismo contemporâneo.....	14
1.2 Aspectos sócio histórico da violência doméstica contra a mulher na sociedade burguesa.....	17
1.3 Indicadores acerca da violência doméstica contra a mulher no Brasil, Bahia e Feira de Santana.....	21
1.4 Dados da violência doméstica na Bahia.....	23
1.5 Dados da violência doméstica em Feira de Santana.....	24
2 (RE)CONVERSANDO AS MULTIPLAS FACETAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.....	27
2.1 O atendimento aos autores/agressores na vara de violência doméstica na Comarca de Feira de Santana a partir dos pareceres técnicos do assistente social.....	27
2.2 Iniciativas em gestação acerca de programas voltados a violência doméstica contra a mulher, e o que se tem desenvolvido para trabalhos o agressor.....	30
2.3 Desconstrução da cultura patriarcal? Narrativas dos autores de violência doméstica contra a mulher.....	43
3 RESULTADO DA PESQUISA.....	47
3.1 Os desafios e limites no atendimento psicossocial postos ao serviço social junto aos autores de violência doméstica contra a mulher.....	51

4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
----------	----------------------------------	-----------

	REFERÊNCIAS.....	58
--	-------------------------	-----------

APÊNDICE

INTRODUÇÃO

A escolha da temática sobre violência doméstica contra a mulher, sob o olhar do agente agressor para formulação deste trabalho, se deu no momento do estágio obrigatório na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, no atendimento psicossocial aos supostos autores de violência doméstica contra a mulher situada na cidade de Feira de Santana. Nesse sentido a pesquisa foi elaborada nesse equipamento, envolvendo o serviço social e os supostos autores de violência doméstica contra a mulher. O problema central está em tentar entender o fenômeno da violência doméstica contra a mulher a partir do autor, e dentro dessa perspectiva analisar os fatores que contribuíram para a violência, bem como todo trabalho em gestação voltado ao agente agressor.

Falar sobre a violência doméstica contra a mulher nos leva a analisar os mais variados pontos sob os quais esse fenômeno se estabelece. Porém analisar a violência partindo do agente agressor é algo fundamental para uma possível compreensão do enfrentamento da temática. Embora ainda haja uma falta de esclarecimento envolvendo a sociedade civil e os equipamentos de proteção à mulher, no tocante a esse atendimento voltado para esse agente agressor. Trabalhar com o agressor, é uma forma de estar protegendo a vítima e trabalhando para não reincidência.

A formulação deste trabalho foi um desafio, foi necessária uma desconstrução daquilo que a sociedade já tinha embutido na construção como indivíduo deixar pra trás o conservadorismo e ampliar os horizontes foi um exercício que esteve em constância todos os dias, logo após esse entendimento foi possível dar continuidade à pesquisa. Para, além disso, foi preciso também um maior entendimento no tocante ao que diz a lei Maria da Penha em relação ao agressor, para daí falar de um tema que passa tão despercebido perante a sociedade.

O Brasil ocupa o quinto lugar no ranking mundial dos países com mais crimes praticados contra as mulheres¹. Esse é dado alarmante diante da quantidade de países existentes no mundo. É um tema tão recorrente e atual mostrado todos os dias na mídia e nos meios de comunicação, destacando ainda as campanhas que são desenvolvidas em todas as épocas do ano. No entanto, esse fenômeno da

¹ Segundo a OMS (Organização Mundial de saúde)

violência ainda continua crescendo em larga escala, fazendo vítimas, levando a morte.

O Estado só está preocupado com a vítima, e quem comete a agressão não precisa ser tratado? Somente a punição não combate a violência, é necessário um trabalho de reeducação e conscientização, para que venha ocorrer uma desconstrução da cultura patriarcal e do machismo, configurando posteriormente na igualdade de gênero.

Essa monografia objetiva apresentar o fenômeno da violência doméstica contra a mulher, colocando em pauta o agressor, buscando os trabalhos desenvolvidos com os mesmos a nível nacional, estadual e municipal, bem como os desafios e limites vivenciados pelo Serviço Social no atendimento ao agressor. Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi necessário recorrer aos autores como HELEIETH SAFFIOTI, SIMONE BEAUVOIR, JOSÉ PAULO NETTO, MARILDA IAMAMOTO, entre outros. Esses foram os principais autores que ajudaram no entendimento de gênero, desconstrução patriarcal, bem como entender o fenômeno da questão social e sociedade burguesa capitalista, etc.

No primeiro capítulo será abordada a questão social no capitalismo contemporâneo para um melhor entendimento da violência contra a mulher, seguindo dos fatores sócio históricos, abrangendo a história e a trajetória de luta das mulheres, e os possíveis fatores que influenciaram esse fenômeno da violência. Por fim será explanado os índices de violência doméstica a nível Nacional, Estadual e Municipal, para isso foram necessários uma pesquisa quantitativa utilizando fontes como DATASENADO, OMS, Mapa da Violência 2015.

No segundo capítulo consistirá em uma descrição do atendimento psicossocial aos autores de violência doméstica, bem como analisar esse atendimento de acordo com o parecer técnico do profissional Assistente Social. Será analisado os programas voltados a violência doméstica contra a mulher, bem como todo trabalho que está em desenvolvimento envolvendo o agressor, buscando dados quantitativos e a eficácia dos mesmos.

No terceiro capítulo está posto o resultado da pesquisa que constitui em entrevistas semiestruturada com os autores de violência doméstica, com o objetivo de um possível entendimento sobre os fatores que levaram os mesmos estarem envolvidos nesse ciclo de violência. Para um melhor entendimento dessas falas será pesquisado o conceito da cultura patriarcal. Também foram entrevistadas a

profissional Assistente Social e Psicólogo para uma melhor compreensão do trabalho dos mesmos.

Concluindo com a análise dos dados da pesquisa.

Assim a realização dessa monografia visa trazer um maior esclarecimento em relação ao autor de violência doméstica, bem como uma maior visibilidade perante os órgãos públicos competentes, corroborando para construção de políticas públicas voltada para o enfrentamento dessa problemática.

1. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Neste capítulo será abordada a violência doméstica como uma das expressões da questão social. Para tanto, será feita uma explanação sobre a questão social no capitalismo contemporâneo, tendo como autor referência José Paulo Netto; os aspectos sócios históricos da violência doméstica contra a mulher no Brasil e em particular no município de Feira de Santana (lôcus da presente pesquisa) e os indicadores atribuídos a violência contra a mulher.

1.1 A “QUESTÃO SOCIAL” NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.

Para entendermos o fenômeno da violência doméstica como uma das múltiplas expressões da “questão social”, faz-se necessário a partir de um estudo teórico metodológico, uma reflexão acerca da mesma. Neste sentido, busca pensar o surgimento e os fundamentos da questão social a partir de sua contextualização histórica e seus contornos, principalmente, no Brasil. No tocante também a estrutura e da consolidação da produção mercantil capitalista, sobretudo a acumulação de capital e de suas implicações sociais, políticas e econômicas.

Segundo Pastorini (2004), o debate em torno da existência de uma “nova questão social” irrompe na Europa e nos Estados Unidos no final da década de 1970, a partir do momento em que os problemas como desemprego, pobreza, exclusão, passam a ser percebidos como estados permanentes, não mais conjunturais e residuais como se acreditava durante os “Trinta Anos Gloriosos”².

A expressão “Questão Social” significa no seu amplo sentido o conjunto que define as desigualdades da sociedade. Segundo (NETTO 2011) essa expressão surge para conter o fenômeno do pauperismo, decorrente dos impactos da primeira onda industrializante. Esse acontecimento marcava uma pobreza estrutural e necessária ao nascimento e expansão do capitalismo, que “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (idem, p.42).

Sobretudo o capitalismo monopolista trouxe consigo malefícios e fissuras na estrutura social. Dito de outro modo:

² Refere-se aos anos que se segue à segunda Guerra Mundial, até o início dos anos 70.

“esta sociedade é presidida por uma tradição autoritária e excludente, que se condensa no “autoritarismo social”, isto é, uma sociedade hierarquizada em que as relações sociais ora são regidas pela “cumplicidade” – quando as pessoas se reconhecem como iguais – ora pelo “mando e obediência” – quando as pessoas se reconhecem como desiguais -, mas não pelo reconhecimento da igualdade jurídica dos cidadãos” (IAMAMOTO, 2011, p. 141).

O capitalismo traz modificações de ordenamento na dinâmica econômica, refletindo na estrutura social e nas instâncias políticas da sociedade. Houve uma mudança muito brusca no ritmo de vida da sociedade burguesa. “Trata-se do período histórico em que o capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como o estágio imperialista” (NETTO 2011, p. 19).

O autor afirma que o capitalismo monopolista vem trazer alterações nas instâncias políticas da sociedade burguesa, no tocante a exploração, alienação e transitoriedade histórica, segundo a crítica marxista. Ele reafirmou as contradições que já existiam no estágio concorrencial. O excedente desses lucros não veio melhorar em nada a vida da população, muito pelo contrário veio aumentar os lucros por meio da “exportação de capitais do estrangeiro aos países mais atrasados, onde o capital é mais escasso, os salários mais baixos, o preço da terra relativamente menor e as matérias-primas abundantes e baratas” (IAMAMOTTO 2011, p.101-102). Netto (ibidem) alerta que o capitalismo monopolista em virtude dessa internacionalização da produção, coloca em prática uma política neoclássica.

A constituição da organização monopólica tinha uma urgência de viabilizar seu principal objetivo que era o acréscimo “dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (idem p, 20). O capitalismo não consegue o equilíbrio posto a acumulação e valorização capitalistas. Para tal efetivação e que essa venha com êxito é necessário “a funcionalização e o redimensionamento da instancia por excelência do poder extra econômico, o Estado” (NETTO 2011, p. 24).

O Estado vem garantir os superlucros, e com isso acaba desempenhando múltiplas funções. Ele vem favorecer o “comitê executivo” que é a burguesia monopolista, e vem com o objetivo de acumulação e a valorização do capital monopolista (NETTO, 2011). A intervenção do Estado como “comitê executivo da burguesia monopolista”, existe dois lados, um da ordem monopolista e o outro dos

conflitos sociais. Porém a necessidade dos trabalhadores só será atendida mediante a lógica de maximização dos lucros do capital dos monopólios. Como afirma Netto,

“é somente nestas condições que as sequelas da “questão social” tornam-se mais exatamente: podem torna-se objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de políticas sociais (2011, p.29).

Corroborando com o autor, não há dúvidas de que as políticas sociais nascem objetivamente da capacidade de mobilização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores.

A questão social é o fruto da contradição do capital e trabalho, que com o processo da revolução industrial acabou afetando de maneira veemente o empobrecimento da classe trabalhadora, isso levou a essa classe a conscientização de sua condição de exploração de trabalho levando os mesmos a contestar. Esse processo se deu pelo crescimento do capitalismo na sociedade. Segundo Iamamoto (2007) conceitua:

[...] um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho se torna mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO,2007, p.27).

Para a autora essa é uma sociedade dividida, onde de um lado está a burguesia, a camada que detém o poder, os meios de produção, do outro lado o proletariado, a classe trabalhadora que vive dominada e oprimida por um sistema que não permite a plena liberdade de seus indivíduos. E ainda a favor da intervenção do Estado na legalização e no reconhecimento dos direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.

Na contemporaneidade a expressão “questão social” tem a relação Estado, sociedade, um novo tipo de regulação social com base no direito do cidadão e dever do Estado. Essa nova “questão social” origina do crescimento do desemprego e do surgimento de novas formas de pobreza levando assim a uma grande desigualdade social onde há má distribuição de renda e a falta de investimento em políticas sociais. Todo esse jugo vai desestabilizar o homem na sua convivência familiar refletindo no seu convívio em sociedade. Contudo foi através dessa nova “questão social” que surgiu os novos sujeitos na luta por direitos. A autora afirma que era

presente a luta pelo “direito ao trabalho e do trabalhado; da luta pela reforma agrária; pelo acesso aos serviços públicos no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos; contra as discriminações ético-raciais e de gênero; pela defesa do meio ambiente, das expressões culturais etc.” (IAMAMOTTO, 2011, p. 145).

A intervenção do Estado nessas questões sociais é de fundamental importância, pois irá garantir a essa população seus direitos como afirma Yazbek (2005),

“pela via social e de seus benefícios o Estado busca portanto, manter a estabilidade, diminuindo desigualdades e garantindo direitos sociais, embora o país não alcance institucionalização de um Estado de Bem Estar Social” (YAZBEK, 2005:82).

Diante desse contexto são muitas as expressões da questão social no qual deixa o indivíduo sem o amparo do Estado, onde se destaca: desemprego, analfabetismo, fome, falta de moradia, saneamento básico, e um dos assuntos mais debatidos nos últimos anos, que vem como algo devastador que é a violência doméstica, onde já fazem milhares e milhares de vítimas no Brasil e no mundo.

1.2 ASPECTOS SÓCIO HISTÓRICOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NA SOCIEDADE BURGUESA

É com base nesse contexto anteriormente, que esboçaremos, pois, o aspecto sócio histórico da violência doméstica na sociedade burguesa como está sendo enfrentada, bem como os discursões que vem sendo proposta em torno de suas metamorfoses.

A violência doméstica em nosso país é algo recorrente e que perpassa todos os períodos da história, abrangendo todas as classes sociais e em vários cenários políticos. Para se pensar a violência doméstica na sociedade burguesa, é necessário recorrer ao contexto histórico e os fatores que contribuíram e contribuem até hoje para que ocorra esse ciclo de violência. Diante desse contexto faz-se necessário um olhar crítico para entender como desenvolve esse fenômeno que ocorre no seio da relação familiar, sendo praticada, na sua maioria na relação homem/mulher, agressor/vítima. No entanto, toda essa trajetória é necessária para que ocorra uma reflexão no tocante ao que vem sendo desenvolvido para o enfretamento dessa problemática.

Para um melhor entendimento sobre a questão da violência contra a mulher é necessário a apresentação de alguns conceitos sobre violência, para que se venha dar uma maior atenção ao tema proposto, e que possamos fazer algumas reflexões acerca do agressor / vítima.

As Nações Unidas definem a violência contra a mulher como sendo “qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimento e danos físicos, sexuais e psicológicos da mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade, sejam da vida pública ou privada” (CONSELHO SOCIAL E ECONÔMICO, NAÇÕES UNIDAS, 1992).

Na visão de Chauí (1985, p. 35) ela define: “violação ou transgressão de normas, regras e leis, mas sob dois ângulos: a violência, por um lado, é uma conversão de diferenças e relação assimétricas, visando dominar, explorar e oprimir o outro; e, por outro, é uma ação que não considera o ser humano como sujeito, mas como uma coisa ou um objeto”. Diante desses conceitos pode-se afirmar que a violência soa como algo negativo, que machuca, oprime, destrói, e isso não é algo novo, a violência ela já existe muito antes do capitalismo.

No decorrer da história a mulher sempre esteve em um papel inferior ao homem no tocante aos seus direitos, isso ocorre devido ao seu desenvolvido em sociedade, ou melhor, dentro do seio familiar. Sua função era de cuidar do campo, fazia esse trabalho com muita perfeição, além dos cuidados domésticos que lhe cabiam quando seu parceiro saía em busca de meios para sobrevivência.

Do ponto de vista histórico brasileiro, a violência contra a mulher é ainda herdada de uma cultura com raízes em uma sociedade escravocrata, construída a partir do modelo colonizador que aqui se instalou (MARCONDES FILHO 2001). Reproduzimos essa cultura sem ao menos nos perguntar por que e para que? Na verdade, com a mesma violência em que fomos colonizados e oprimidos para o interesse dos dominantes, agimos de igual modo para obter o domínio sobre o outro, ou seja, sob o parceiro/parceira. É justamente nessa visão social que o autor Darcy Ribeiro³ traz uma de suas maiores obras “O povo brasileiro”.

No entanto podemos afirmar que a violência doméstica contra a mulher ocorre devido a um sistema de dominação de uma cultura patriarcal transmitida através da relação de poder. Ainda para corroborar podemos citar o machismo que é

³ Documentário disponível em: <http://www.dvdversatil.com.br/o-povo-brasileiro/>. Acessado dia 02 de Fev.2018.

reproduzido em sociedade, dentro da família, na religião, no espaço jurídico, na mídia e até nas reproduções artríticas onde alguns ditos populares inferiorizam essa mulher, assim também como nas letras musicais que de forma naturalizada a hostiliza colocando em situação vergonhosa, e ainda podemos citar as cenas de novelas que de uma forma indireta incentivam a violência contra a mulher.

O machismo é expresso por opiniões e atitudes de um indivíduo que recusa a igualdade de direitos e deveres entre gêneros, favorecendo e enaltecendo o sexo masculino sobre o sexo feminino através da diferença existente entre homens e mulheres, onde o homem subverte-se que tem o domínio sobre a mulher levando assim à prática de violência. Segundo (TELES; MELLO, 2003) esse controle do homem e essa dominação pelas mulheres iniciou por meio da força bruta e conseqüentemente foram impostas por leis, culturas, religiões, filosofias, ciências, e pelas políticas.

Desde então essa mulher era vista como objeto de desejo sexual por muitos homens e sua única função era de servir e procriar aumentando os aportes econômicos desse homem e sendo totalmente desvalorizada.

Ao longo do período imperial essa mulher lutava para consolidação dos seus direitos na sociedade, e assim nessa luta interminável conseguiram um espaço na vida pública criando a possibilidade de atuar na área do trabalho, função que era exercida pelo homem. Foi então na segunda metade da década de 1960 que surgiu o Movimento Feminista, que veio para mudar completamente a vida das mulheres. Seu principal objetivo era trazer à tona todos os direitos suprimidos das mulheres, ou seja, ele veio para libertar as mulheres.

O movimento trouxe questões como: equiparação salarial, saúde preventiva, apoio em casos de assédio, acesso a métodos contraceptivos, igualdade entre homens e mulheres e proteção a mulher em caso de violência doméstica. A mulher conseguiu transformações no espaço social, porém o espaço público ainda era dominado pelos homens.

O movimento feminista tem uma de suas pioneiras que lutou pelas causas feministas que foi Simone Beauvoir⁴, em uma de suas falas ela destaca: “ Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto

⁴ Escritora, intelectual, filósofa e existencialista, ativista política, feminista e teórica social francesa.

intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 1980 , p.99).

Em seu livro o “Segundo Sexo”, ela afirma que “a mulher ela não nasce mulher, ela se torna mulher”, não se trata do que é construído biologicamente, e sim o que é desenvolvido em sociedade. (...) Simone não dispunha do termo gênero, mas ela conceituou gênero, ela mostrou que ninguém nasce mulher, mas se torna mulher e, por conseguinte, ninguém nasce homem, mas se torna homem, ou seja: ela mostrou que ser homem ou ser mulher consiste numa aprendizagem. As pessoas aprendem a se conduzir como homem ou como mulher, de acordo com a socialização que receberam, não necessariamente de acordo com seu sexo (MOTTA, SARDENGERG, GOMES, 2000, p.23).

Simone Beauvoir 1980 ela é categórica quando o assunto é gênero, daí entramos na problemática que envolve homens e mulheres, porém atinge em maior proporção o sexo feminino. Uma das causas que o movimento feminista luta é em relação a violência doméstica como já foi mencionada. Essa relação desigual de poder entre ambos os sexos, tem levado as mulheres a passar por momentos difíceis, isso é algo recorrente, que mesmo com toda evolução da história ainda soa muito forte na contemporaneidade.

No Brasil no século XX as mulheres começam a ganhar espaço no mercado de trabalho ocupando profissões como: operárias, enfermeiras, secretárias e professoras, era um avanço significativo.

Embora tenha se passado muito tempo, a história ela vem se modificando, a violência doméstica aparece desde a antiguidade como já foi citado, e com isso se tornou um ciclo, que normalmente acontece no seio intrafamiliar.

A mulher do século XXI, da sociedade burguesa contemporânea, ela ainda tem seus direitos violados. O modo como funciona a dinâmica da sociedade ainda deixa essa mulher em desvantagem. E o Estado detentor do poder se isenta do cumprir o seu papel, um Estado que não tem interesse pelas classes sociais, que fomenta de uma forma camuflada a desigualdade e que tira dos indivíduos o seu direito de ser um cidadão pleno.

Florestan Fernandes, diz que a Revolução Burguesa no Brasil, “é caracterizada, por um processo altamente, essencialmente autocrático, antidemocrático, antissocial e antinacional”.

Corroborando com a fala do autor, um grande exemplo disso está a nossa “Constituição Federal” que no artigo 5º traz a declaração na carta magna de que “todos são iguais perante a lei”. Será? Se isso fosse verdade o porquê da repercussão dessa operação “lava jato” se a nossa constituição é de 1988, por que então só agora a nação brasileira está vendo essa lei alcançar os nossos governantes ou criminosos de colarinho branco. A deficiência do Estado é revelada através do não cumprimento da lei.

A lei 11. 340, de 7 de agosto de 2006 (BRASIL 2006) “Lei Maria da Penha” é o grito das mulheres oprimidas e agredidas por um longo tempo. Contudo a lei Maria da Penha representa um esforço e um marco legal para democratizar a situação das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, tornando um problema que era tido como privado, levando para a área pública com o objetivo de formular e implementar as políticas públicas.

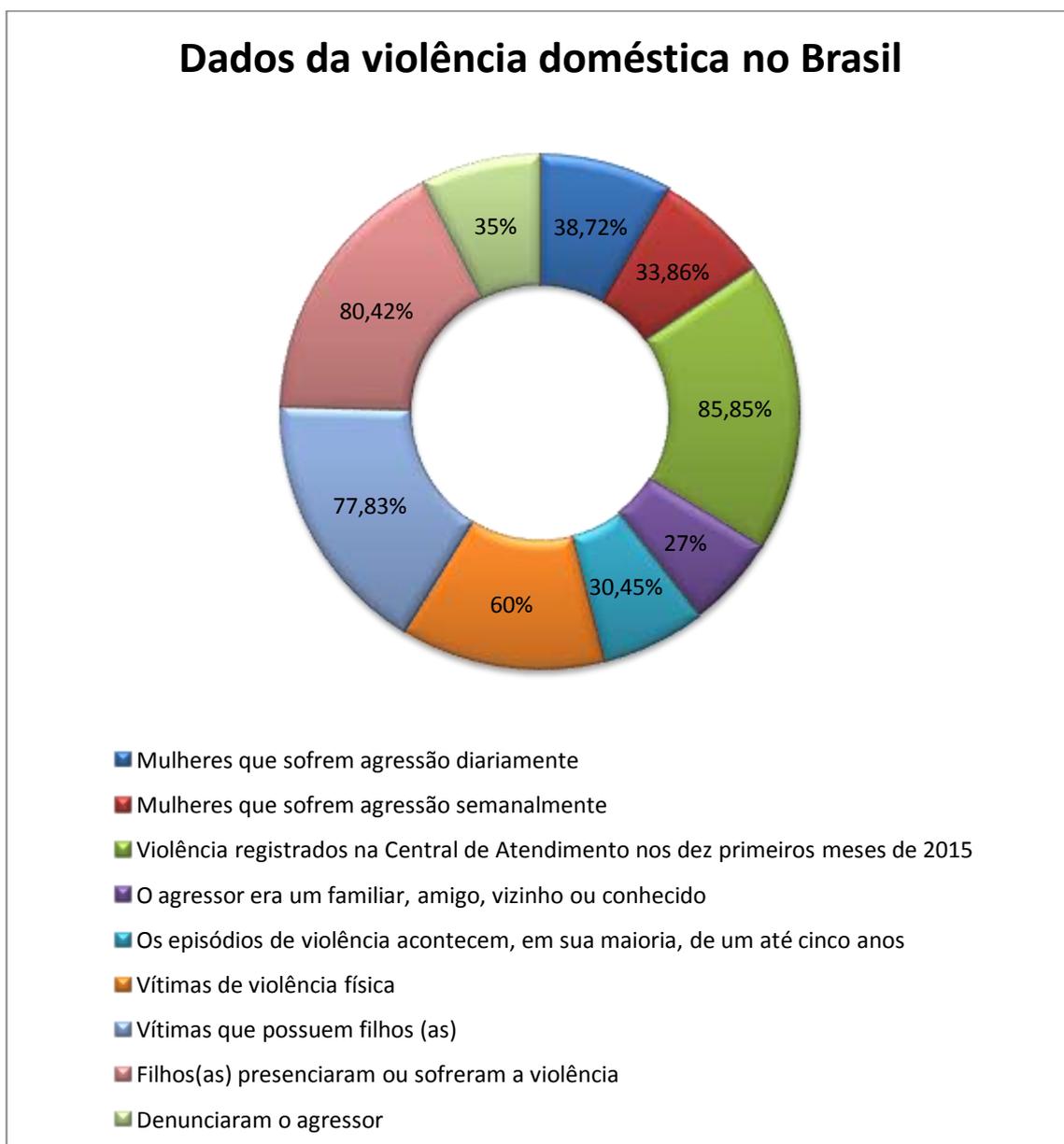
1.3 INDICADORES ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO BRASIL, BAHIA E FEIRA DE SANTANA.

Mesmo com aplicabilidade da lei Maria da Penha, foram obtidos alguns avanços, porém a violência ainda aparece em grande número nas pesquisas.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), apontam que o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking mundial dos países com mais crimes praticados contra as mulheres. A pesquisa da OMS verificou que ocorrem em torno de 4,5 homicídios para cada 100 mil mulheres anualmente.

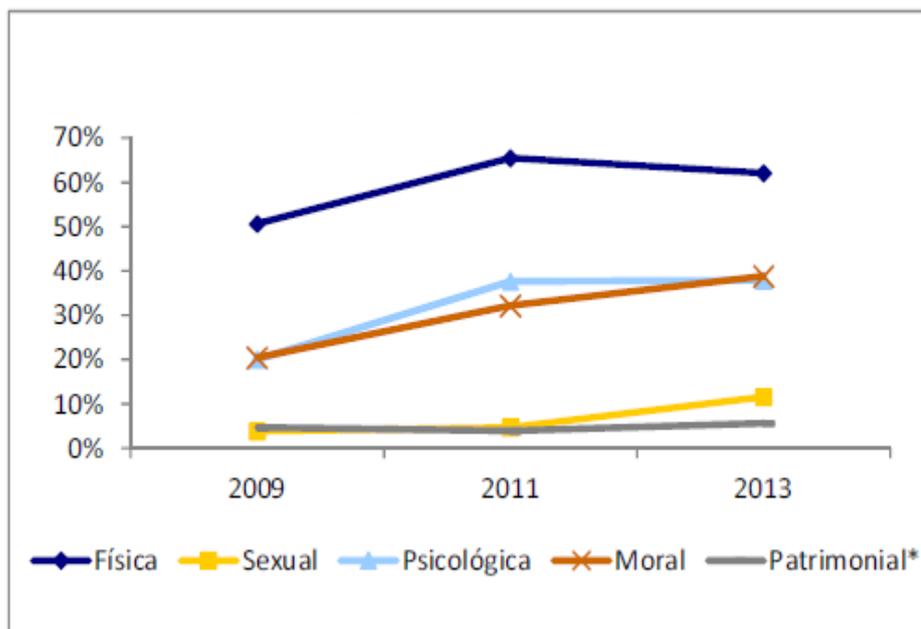
Segundo o “Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil” relata que pesquisas feita em 2013 pelo Ministério da Saúde apontam a violência doméstica e familiar como a principal forma de violência letal praticada contra as mulheres no Brasil.

Gráfico 1 Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil.



Segundo gráfico ainda é muito alto o número de mulheres que sofrem violência diariamente, essa violência ela pode ser física, psicológica, moral, patrimonial, sexual e até mesmo cárcere privado como mostra no gráfico.

Gráfico 2 Tipo de violência sofrida dentre as mulheres que declararam ter sido agredidas (Série Histórica)



Fonte: DATASENADO, 2013

Segundo o DATASENADO pesquisa feita em 2015 mostra que 98% das mulheres conhecem a lei Maria da Penha, porém ainda é muito baixo o índice daquelas que denunciam o agressor.

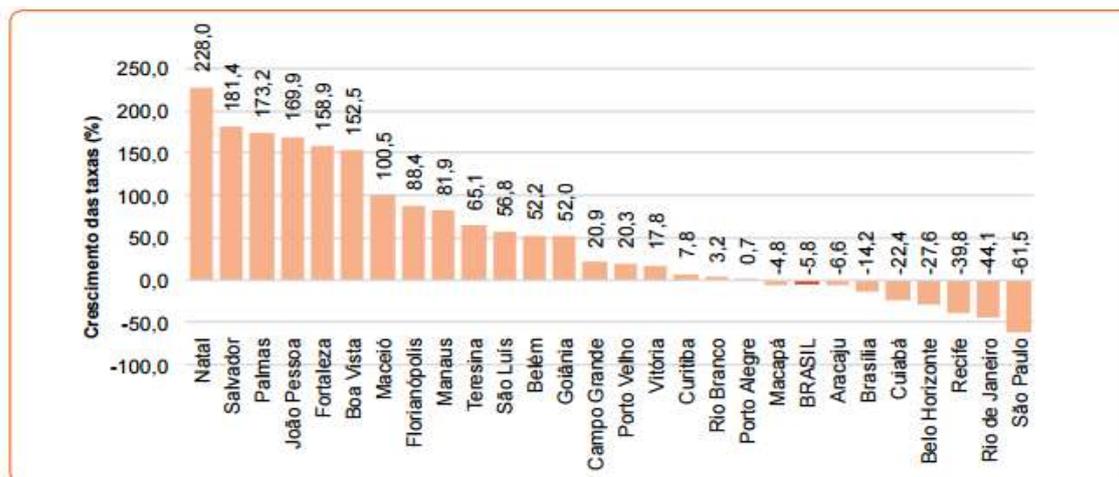
1.4 DADOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA BAHIA

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking mundial de país mais violento para as mulheres, com uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres.

“Mas as taxas do Brasil são muito superiores às de vários países tidos como civilizados: 48 vezes mais homicídios femininos que o Reino Unido; 24 vezes mais homicídios femininos que Irlanda ou Dinamarca; 16 vezes mais homicídios femininos que Japão ou Escócia.” (Mapa da Violência 2015).

A Bahia aparece como um dos estados mais violentos com as mulheres, no Brasil são 9,8 assassinatos para cada 100 mil mulheres. Com isso a Bahia ainda é mais violenta que a região Nordeste registrando um percentual de 6,9 assassinatos para cada 100 mil mulheres.

Gráfico 3 Crescimento % das taxas de homicídios de mulheres (por 100 mil) nas capitais. Brasil. 2003/2013



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil

Conforme os dados da Secretaria da Segurança Pública, de janeiro a março de 2015 os casos de estupro chegaram a 548, dos quais 140 foram notificados em Salvador, totalizando uma média de 18 estupros por dia.

1.5 DADOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM FEIRA DE SANTANA

Na cidade de Feira de Santana a maior cidade do interior da Bahia, ainda registra altos índices de violência doméstica. Segundo a Delegacia de Atendimento Especializada da Mulher (DEAM) esse aumento é em decorrência a conscientização da mulher, campanhas que incentivam as denúncias e o plantão 24 horas da delegacia.

O que chama a atenção nos dados coletados é que a agressão moral aumentou em 2017, no ano de 2016 foram 400 no ano passado mais que dobrou para 829. Segundo a delegada Maria Clécia Vasconcelos isso é em decorrência das mulheres “está mais consciente do direito dela, então antes palavras que eram vistas como comuns, hoje a mulher entende como violência verbal”.

O número de homens presos em decorrência a violência contra a mulher passou de 147 em 2016 para 168 em 2017.

Outro dado alarmante é em relação ao estupro ocorrido em ambientes domésticos que chegou a 64 em 2017, contra 55 em 2016. Outro dado importante é

que aumentou o número de medidas protetivas no ano de 2017, que chegou a 462 contra 355 em 2016. Segundo a lei Maria da Penha é a medida protetiva onde a mulher tem o apoio da polícia e do judiciário para que ela tenha sua integridade física e psicológica protegida.

Tabela 1: Comparativo: 2010/ 2011/ 2012/ 2013/ 2014/ 2015/ 2016/ 2017

PROCEDIMENTOS	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017 ATÉ 31/12/17
OCORRÊNCIAS	5.402	5.775	3.815	2.915	2.630	2.668	2.656 (delituosas e não delituosas).	3.583
AMEAÇA	2.403	2.676	1.733	1.351	1.246	1.306	1.406	1.887
LESÃO CORPORAL	1.165	1.329	991	815	562	472	669	801
ESTUPRO	26	33	24	45	43	59	50 IP 55 (BO).	64
VIAS DE FATO	581	475	284	218	259	239	165	396
AGRES. MORAL	883	488	324	286	196	236	400	829
FLAGRANTES	63	86	140	248	212	179	147	168
HOMICÍDIO TENTADO	09	16	07	14	05	06	10 (BO). 09 IP	08
FEMINICÍDIO	14	21	09	13	02	04	27	01
TCO'S INST.	237	318	148	29	15	12	27	29
TCO'S REMET.	237	318	148	29	15	12	25	33

IP INST.	204	401	439	992	817	995	1.154	1.119
IP REMET	161	320	391	732	912	638	675	929
MEDIDAS PROTETIVAS	Não contab.	Não contab.	Não contab.	307	263	306	355	462

Fonte: Delegacia Especializada no atendimento à mulher

Diante dos dados ora demonstrados, percebeu-se que a violência doméstica ainda vem fazendo muitas vítimas, e que essas mulheres aos poucos estão se ciente em relação aos seus direitos. Há um trabalho muito engajado para combater tal violência, no entanto percebe-se que é notório o descaso em relação ao agressor quando na verdade ele é o principal mentor desse ciclo de violência.

2. (RE) CONVERSANDO AS MÚLTIPLAS FACETAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Neste capítulo iremos discorrer sobre a questão da violência doméstica contra a mulher segundo parecer técnico do Assistente Social. No entanto sobre o olhar do agressor, no qual adentraremos na realidade desta interface e assim possamos construir e apresentar possibilidades que se aproxime da violência doméstica contra a mulher, como se da seu atendimento aos autores de violência doméstica na Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher na comarca de Feira de Santana Ba, bem como serão analisadas as falas dos autores. Esse roteiro a ser seguido é importante para compreendermos como é desenvolvido esse ciclo de violência, se é uma questão social, cultural, e como o profissional diante desse contexto enfrenta tal problemática.

2.1 O ATENDIMENTO AOS AUTORES/AGRESSORES NA VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA COMARCA DE FEIRA DE SANTANA A PARTIR DOS PARECERES TÉCNICOS DO ASSISTENTE SOCIAL

Para uma melhor compreensão do trabalho do Assiste Social na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, faremos uma breve caracterização do órgão competente, que dará amplitude no entendimento a prática profissional.

A Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher teve sua fundação no dia 22 de janeiro de 2010 na cidade de Feira de Santana BA, com base na Lei nº 11.340/2006 e a Lei Orgânica TJBA. Tem por finalidade a proteção à mulher em situação de violência doméstica e o objetivo de aplicar a Lei nº 11.340/2006, o código penal, reduzirem a violência contra a mulher no âmbito doméstico, políticos, criminais e sociais de conscientização e educação.

A rede de atendimento é composta por: Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a mulher, Ministério Público, Defensoria Pública, Centro de referência Maria Quitéria, Movimentos Sociais (Movimentos de Mulheres), DEAM (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher), Patrulha Maria da Penha, Disk 190 (Polícia Militar), Atendimento Psicossocial (Assistente Social e Psicólogo).

Dentro do órgão funciona o Serviço de “Atendimento Psicossocial ao Autor de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”, é um projeto da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Comarca de Feira de Santana, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEDESO, onde se iniciou em 14 de Maio de 2015, em conformidade com a Lei 11.340/2006 e ênfase no capítulo V artigo 31, que ressalta a importância da equipe multidisciplinar, e do capítulo VII artigo V da necessidade de Centros de Educação e de Reabilitação para os agressores. Este serviço é voltado aos autores de violência doméstica e familiar, em cumprimento de Medidas Protetivas de Urgência, Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), de ordem do Dr. Wagner Ribeiro Rodrigues, Juiz de Direito da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Porém no momento o órgão só conta com o atendimento psicossocial, que é composto por uma Assistente Social e um Psicólogo.

O Serviço Social dentro da instituição cumpre com todas as normas no tocante ao que prescreve a lei 8.662/93 que regulamenta a profissão e o código de ética, com ênfase no artigo X que diz: “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. É com base nesses parâmetros que o profissional buscar desenvolver um serviço de qualidade dentro das suas limitações, pois é nessa luta pelo reconhecimento dos direitos sociais dos cidadãos que o profissional se debruça a sanar, embora essa seja uma tarefa árdua por conta do modo de produção com que é desenvolvida as relações de trabalho dentro dos espaços ocupacionais. Contudo compete ao profissional dentro da instituição:

- Atender os autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, que estão sobre o cumprimento de medidas protetivas de urgência contra a mulher, que são medidas de proteção à vítima, bem como de sua família e caberá ao juiz competente aplicar as ações. - Promover aos atendidos orientações sobre a lei 11.340/06 – denominada Lei Maria da Penha.

Os objetivos consistem em⁵:

- Sensibilizar os autores de violência quanto aos direitos da mulher estabelecidos na Lei Maria da Penha; - Informar aos autores de violência sobre as consequências de que o descumprimento da Lei Maria da Penha pode trazer no seio

⁵ Informações cedidas pelos profissionais do atendimento psicossocial ao autor de violência doméstica.

familiar, e caso necessário também são encaminhados para a rede Socioassistencial;

- Promover aos autores violência doméstica a reflexão sobre a violência doméstica e familiar de forma a contribuir para a não reincidência.

O profissional também desenvolve Acolhimento, explicação do serviço psicossocial, encaminhamentos para rede socioassistencial, como: CAPS'ad (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), orientações sobre os serviços prestados pela Defensoria Pública, orientação sobre as medidas protetivas de urgência, grupo reflexivo onde são realizadas palestras sobre violência doméstica com o objetivo de conscientizar os agressores atendidos sobre a prevenção da violência doméstica, e na promoção da convivência pacífica, elaboração de relatório para anexar no processo do suposto agressor, relatório anual com as informações dos serviços prestados.

É através desta instrumentalidade desenvolvida pelo profissional que é possível tocar na realidade em ações concretas.

(...) “a instrumentalidade é uma propriedade e/ ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano”. (GUERRA, 2000, p.22)

Para que esse trabalho seja desenvolvido com êxito é necessário que o profissional tenha uma base de conhecimento na área jurídica com ênfase na lei Maria da Penha, pois o mesmo trabalha com relatórios e pareceres que são anexados ao processo do suposto agressor. Ressaltando o compromisso com o código de ética que regulamenta a profissão, enfatizando o sigilo profissional,

Constitui dever do/a assistente social manter o sigilo profissional O sigilo protegerá o/a usuário/ a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. (Cap. V, Art. 15 -. Art. 16).

Dar conta desse universo de problemas que emerge da sociedade capitalista burguesa não é tarefa fácil, o Assistente Social está inserido nesse contexto, e tentar

modificar e intervir nessa realidade é a luta diária que muitos profissionais enfrentam, porém “[...] dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira e explicar os processos sociais que as produzem e reproduzem e como são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam em suas relações sociais quotidianas”. (IAMAMOTO, 2009, p. 62).

Para tanto o profissional tem a responsabilidade de sempre estar afirmando os direitos que cada cidadão de bem tem, e junto com os órgãos competentes lutar para que se haja um comprometimento na elaboração de políticas públicas onde estejam voltados à violência contra a mulher, com ênfase no agressor, pois para tentar intervir nessa problemática é necessário trabalhar o agente causador desse fenômeno.

2.2 INICIATIVAS EM GESTAÇÃO ACERCA DE PROGRAMAS VOLTADOS A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER, E O QUE SE TEM DESENVOLVIDO PARA TRABALHAR O AGRESSOR.

Ao longo dos anos e na contemporaneidade se trabalha muito em favor dos direitos das mulheres, são muitas discursões, debates, uma luta incansável para tentar modificar esse cenário de violência. O ápice principal desses programas é tentar trazer para essa mulher uma maior estabilidade para enfrentar tal situação com maior apoio e segurança. Para tanto, nesse mesmo contexto entra o sujeito agressor onde se vê a necessidade de intervir e trabalhar o mesmo com um único objetivo de proteger a mulher, e para que se tenha uma reflexão acerca do fato ocorrido. Contudo citaremos os programas voltados para o mesmo, assim como seu enfrentamento e os resultados obtidos.

Entender os programas voltados à vítima e ao agressor, é necessário compreender o conceito da rede de enfrentamento a violência contra a mulher que diz respeito “a atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção de autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência”. (SPM-PR, 2012). Ainda de acordo com a SPM existem quatro eixos no enfrentamento à Violência contra as Mulheres que são: combate, prevenção, assistência e garantia

de direitos, e ainda tendo que dá conta do fenômeno da violência contra as mulheres. Esses eixos são de extrema importância, pois irá agir de uma forma mais criteriosa no problema. A rede de atendimento ainda inclui ações e serviços de diferentes setores em especial, a assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde, isso irá permitir uma qualidade no atendimento, na identificação, no encaminhamento, a integridade e a humanização. Porém essa rede dá uma maior ênfase ao eixo da assistência no qual objetiva:

“(...) garantir o atendimento humanizado e qualificado às mulheres em situação de violência por meio da formação continuada de agentes públicos e comunitários; da criação de serviços especializados (Casas-Abrigo/Serviços de Abrigamento, Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher); e da constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento (articulação dos governos – Federal, Estadual, Municipal, Distrital - e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres, no sentido de garantir a integralidade do atendimento)” (SPM-PR, 2007, p. 8).

Com todos esses serviços disponíveis ainda podemos contar com a rede de atendimento à mulher no que tange os serviços especializados que são: Centros de Atendimento à Mulher em situação ⁶de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas de Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher, Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, lembrando que nessa Instituição existe o atendimento psicossocial para o agressor na cidade de Feira de Santana Ba, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de Saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento à Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Os programas voltados para esse enfrentamento à violência contra a mulher, tem sido uma porta de escape para tal enfrentamento, porém essa rede de atendimento não abrange a todas as cidades da Bahia, principalmente no interior,

⁶ Informação disponível no site: www.spm.gov.br

onde na sua maioria ocorre a dificuldade de colocar a lei em prática, e isso decorre dos seus gestores públicos não se preocuparem em criar estrutura para fazer a lei funcionar, portanto é um ponto negativo, pois dificultará no combate à violência doméstica contra a mulher.

A segunda maior cidade do interior da Bahia segundo o IBGE 2017 é Feira de Santana, conhecida como a princesa do Sertão, com aproximadamente 606.139 mil habitantes, denominada cidade comercial, com maior Entroncamento Norte e Nordeste do país. É possível afirmar que a mesma conta com mais de 90% dessa rede de proteção ora citada, conforme dados disponíveis pela Secretaria de Desenvolvimento Social. Não podemos afirmar a eficácia dos mesmos, pois precisaria de um estudo mais aprofundado e esse não é o nosso objetivo neste trabalho. O importante é que a lei 11.340/2006 denominada lei Maria da Penha está cumprindo com seu papel, não só trabalhando as vítimas, mas envolvendo o principal sujeito da relação, o autor.

Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sugere que os casos de violência contra a mulher atingem enormes proporções. Dentre as respostas mais possíveis para o problema e que tenha sido menos explorada sejam os autores de violência doméstica.

Partindo desse pressuposto, essa parte de trabalhar o agressor ela vem descrita na lei nos artigos 35 e 45, inciso V, onde apontam a possibilidade da criação de "centros de educação e reabilitação para os autores de violência doméstica" e a participação dos "agressores em programas de recuperação e reeducação (BRASIL, 2006)".

A própria autora da lei Maria da Penha, se preocupou em deixar a lei completa abrangendo autor e vítima, ela viu a necessidade de ter um trabalho voltado para o agressor, ela quem mais sofreu violência doméstica, a ponto de ter quase perdido sua vida, em uma de suas entrevistas ela afirma: "Quando a lei sai do papel, também tem que se pensar no agressor". Corroborando com a fala da mesma, o agressor diante desse contexto, precisa repensar a sua conduta, ter uma responsabilização, uma reeducação, em cima do ato que foi cometido, quando se faz esse exercício, é possível iniciar uma transformação nesse ciclo de violência.

É com base no que diz a lei, e a necessidade de intervir nesse problema social, que começaram a surgir os primeiros trabalhos com o agressor. "Somente na segunda metade da década de 1990 é que ganham espaço no país os trabalhos

com Grupos de Homens como projetos sociais ou políticas públicas, focando assuntos como saúde sexual e reprodutiva, violência, paternidade etc. Estes grupos buscavam compreender as identidades e necessidades masculinas, com o objetivo de desnaturalizar ou desconstruir alguns comportamentos”. (MARQUES, 2007, P.133)

Segundo um mapeamento realizado pelo pesquisador Adriano Beiras, em 2014, havia 25 serviços de atenção em grupo a homens autores de violência contra a mulher, Porém hoje existem dados preliminares de um novo mapeamento que está sendo conduzido por Beiras na UFSC, também em parceria com o instituto NOOS⁷, no qual aponta aproximadamente 40 grupos do tipo. Embora os programas ou experiências de intervenção pesquisa sejam, em sua maioria, muitos recentes.

A pesquisa foi feita no Instituto NOOS da cidade do Rio de Janeiro. Ressaltando que esse instituto é pioneiro no trabalho com homens autores de violência doméstica desde 1999 (a partir de uma pesquisa realizada pela Fiocruz e UFRJ sobre identidade masculina). Segundo “Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro” seguem em tabela abaixo atendimentos prestados aos autores de violência doméstica no Brasil.

Estados	Quantidades
Bahia (Feira de Santana)	01
Acre	01
Distrito Federal	01
Espirito Santo	01
Minas Gerais	02
Mato Grosso	01
Paraná	02

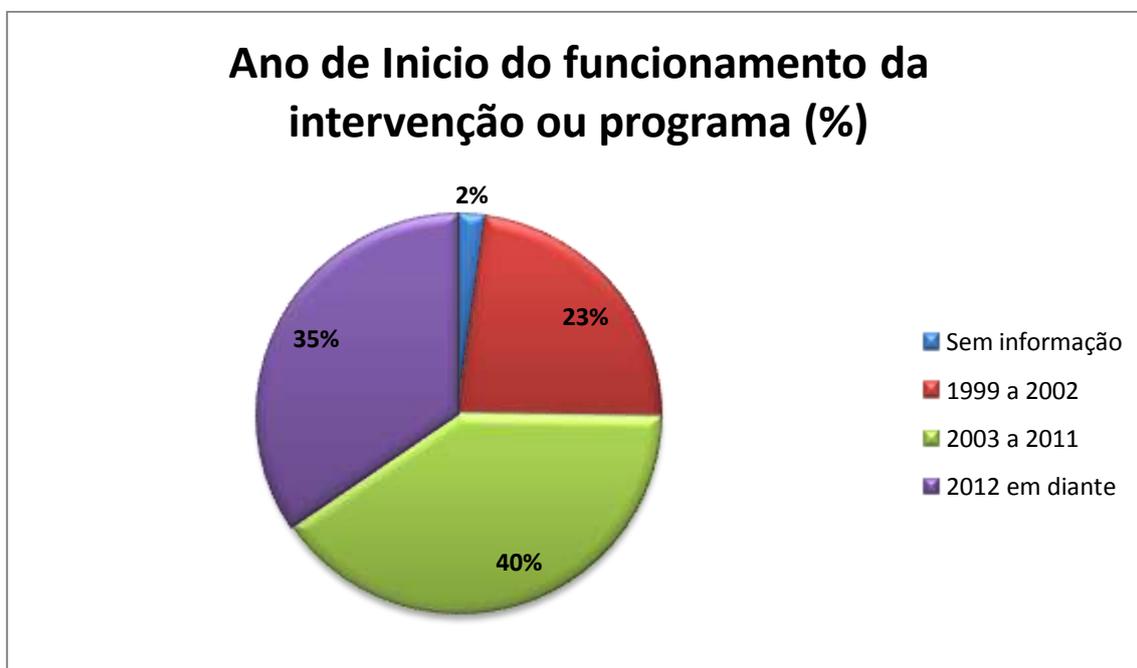
⁷ Instituto NOOS: é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1994. Constituído por profissionais das ciências humanas, sociais e da saúde, tem como objetivo o desenvolvimento e a difusão de práticas sociais sistêmicas voltadas para a promoção da saúde dos relacionamentos nas famílias e nas comunidades. Em especial busca metodologias que contribuam para a dissolução pacífica de conflitos familiares e comunitários e as difunde através dos oferecidos por sua escola de Práticas Sociais Sistêmicas e das publicações de sua editora.

Rio de Janeiro	03
Santa Catarina	01
São Paulo	06
Total	20

Fonte: Instituto NOOS

Nessa tabela é possível perceber que São Paulo segue com o maior número de serviços prestados aos agressores, ou seja, é perceptível o quanto é novo o trabalho com agressores no Brasil, é pouco demais para um país tão grande como o nosso, com índices tão altos de violência contra a mulher, mas diante do contexto já é algo que soa positivamente.

Gráfico 4



Fonte: Instituto NOOS

O gráfico indica que a maioria dos programas que foram iniciados entre 2003 e 2011, no entanto foi a partir do ano de 2012 onde teve um alto índice de programas iniciados. O que nos chama atenção para esses dados é que o trabalho com o agressor surgiu bem antes da implementação da lei Maria da Penha, ou seja, já havia uma preocupação em se trabalhar o agressor.



Fonte: Instituto NOOS

Neste gráfico pode-se perceber que a maioria das instituições onde são realizadas as atividades com os agressores, é de caráter governamental, normalmente vinculada as Secretarias de Desenvolvimento Social, pois engloba os direitos humanos, democracia e cidadania.

Para analisar a eficiência dos programas voltados ao autor de violência contra a mulher, será abordado apenas duas experiências de órgãos que trabalharam a problemática, pois não será possível apresentar todos os resultados, levando em consideração que os resultados esperados são dados qualitativos. O primeiro será do Tribunal de Justiça de São Gonçalo, na cidade do Rio de Janeiro, onde eles avaliam o programa da seguinte forma:

“Cabe registrar que o Juizado da Violência de São Gonçalo vem realizando Grupos de Gênero não só com homens, como também Grupos com mulheres vítimas de violência nos processos judiciais. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, uma instituição de conceitos, historicamente, rígidos abriu possibilidade a novos olhares sobre a questão da violência doméstica e na perspectiva de propor a reflexão aos homens e mulheres, envolvidos nesse tipo de conflito. Além de concretizar o desejo de trabalhar tais questões de forma menos tradicional e mais eficaz do que normalmente a justiça impõe. Uma vez que leva os homens e mulheres em questão a pensar, refletir, rever atitudes consigo mesmo e com a vida. O que demonstra a eficiência e eficácia de um trabalho que vai além da ação processual traçando um novo patamar de intervenção dentro do poder judiciário, mais humanizado e com bons resultados. Assim, o Projeto Grupo reflexivo de Gênero desenvolvido, vem trazer a população atendida, um espaço de discursão, indo para além do fator punitivo. É uma proposta de trabalho que busca prevenir novos delitos, sendo uma alternativa bem sucedida na

superação dos conflitos de gênero e também de novas possíveis demandas processuais”.(TJ São Gonçalo – RJ. 2010)

A segunda experiência é da cidade de Cuiabá:

“Com o trabalho realizado com os reeducados de violência doméstica e familiar, que são em torno de 16% dos que passam pelo centro de ressocialização Cuiabá, há uma diminuição na violência dentro da prisão, que pode ser registrado na diminuição significativa dos motins e rebeliões. Na duração do projeto foram atendidos, até o final de 2013, 1.580 homens. Sendo a participação voluntária, até o momento escolheram em não participar do projeto três pessoas” (Gov. Mato Grosso e MP – Cuiabá 2010).

Outra experiência que vale ressaltar, é a iniciativa da Promotora da Justiça Gabriela Manssur, idealizadora do grupo Tempo de Despertar, criado em 2010 e aplicado pela primeira vez em 2014 na Promotoria de Taboão na Serra (SP), esse projeto envolve juízes, psicólogos, assistentes sociais e voluntários na discursão de masculinidade e violência.

Ele vem com o objetivo da ressocialização do autor, e diminuir a reincidência da prática desse tipo de crime. O projeto está na sua oitava edição e atende homens que estão respondendo a inquérito policial, procedimento de medidas protetivas, prisão em flagrante e/ou processos criminais em andamento - com exceção de agressores que estejam com sua liberdade cerceada, tenham praticado crimes sexuais, sejam dependentes químicos com comprometimento, portadores de transtornos psiquiátricos e autores de crimes dolosos contra a vida. Eles recebem orientações em palestras e trabalhos coordenados.

Já foram atendidos aproximadamente 180 autores de violência contra a mulher, e segundo dados estatísticos do Núcleo de Combate à Violência Doméstica Contra a Mulher (Gevid) mostram que, entre 2014 a 2016, a reincidência passou de 65% para 2% na taxa de reincidência de violência de gênero.

“A maior beneficiada pelo projeto 'Tempo de Despertar' é a mulher. A aproximação dos agressores com profissionais especializados que compõem a rede protetiva é indispensável para informá-los sobre a desigualdade de gênero, direitos das mulheres e os papéis que mulheres e homens desempenham atualmente na sociedade, numa tentativa de desconstrução do machismo”, afirma a promotora Gabriela Manssur.

O projeto foi tão bem sucedido que tornou Lei Estadual segundo texto da lei 16659/2018, “a iniciativa do membro do MPSP será desenvolvida no âmbito estadual

dentro do prazo de 60 dias, contados a partir da publicação. O Ministério Público de São Paulo participará da implementação do projeto, assim como o Poder Judiciário” (MPSP).

É a partir de iniciativas como essa, que vale a pena investir em uma problemática tão importante como essa. O Estado precisa entender que existe a necessidade da criação de política pública, e que essa lei não venha ser só a nível Estadual e sim alcance as instancias nacionais.

Analisando os programas a nível Estadual, mais precisamente na cidade de Salvador capital da Bahia, houve também uma significativa evolução em relação à proteção e combate a violência doméstica. Iniciou com a conquista da Ronda Maria da Penha iniciada na capital no dia 08 de março de 2015, e na região metropolitana, atuando ainda nos municípios de Paulo Afonso, Serrinha, Juazeiro e Feira de Santana. Tem como objetivo de proteger a mulher vítima de violência doméstica. Porém verificou-se a necessidade de intensificar esse trabalho, agora colocando em pauta o agressor, era necessária uma ação educativa, e de sensibilização com os homens de maneira geral e com o agressor de forma específica.

O Projeto Ronda para Homens, vencedor do Selo Práticas Inovadora no enfrentamento a violência contra mulher do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, tem como atividade principal dialogar com os homens – policiais e público civil – sobre o fenômeno da violência contra mulher, com ênfase nos tipos de violência previstos na Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, criando um espaço para discussão junto aos homens das demandas emergentes pós esta lei, para uma reflexão sobre a participação do masculino na prevenção e enfrentamento a violência contra mulher.

Nesse cenário de violência, esse projeto vem reafirmar aquilo que já estar explícito na lei, não há como prevenir a violência doméstica contra a mulher sem que haja a participação masculina. Homens e mulheres precisam ressignificar suas práticas pessoais e, notadamente culturais, para que em curto prazo, minimizar e a médio/longo prazo erradicar esta pratica de nossas relações.

Esse projeto visa oferecer um momento de sensibilização para homens de nossa sociedade, Policial Militar ou não, sobre gênero, masculinidades e violência a partir da perspectiva feminista de gênero inspirado na Campanha do laço branco – homens pelo fim da violência contra a mulher. Essa proposta visa contribuir, de forma crítica e propositiva nas ações e práticas profissionais referentes à promoção

da equidade de gênero no Estado da Bahia.

A metodologia usada para trabalhar com esses homens é através de diferentes modalidades de aprendizagem como: exposição dialogada, exibição de vídeos educativos, discursão em plenária, trabalhos em grupo.

O Público é exclusivamente masculino, os facilitadores são policiais militares do efetivo da Ronda Maria da Penha. Na exposição do vídeo educativo, é discutido de uma forma onde há exposição dialogada. No trabalho em grupo são criadas estratégias e situações referente a atuação masculina no enfrentamento e prevenção a violência contra a mulher, indicados na Lei Maria da Penha.

Segundo informações cedidas pela Ronda Maria da Penha, o projeto tem sido aplicado de forma rotineira com grupos de homens a fim de dialogar sobre o enfrentamento à violência contra a mulher. E é desenvolvido nas cidades de: Salvador, Ilha de Itaparica/Vera Cruz, Ilhéus, Simões Filho, Piritiba, Ituberá.

A cidade de Feira de Santana vem sendo pioneira no trabalho com o agressor, pois é a única cidade do interior da Bahia a possuir esse serviço. Com isso será aprofundada as informações apresentada com maior rigidez no tocante aos programas e projetos voltados para combater a violência exercida pelos os autores.

Diante dos altos índices de violência contra a mulher na cidade de Feira de Santana, houve a necessidade de intervir junto aos órgãos competentes para uma iniciativa de trabalhar o agente agressor da violência cometida contra a mulher. Foi o que fez o Sr. Juiz de Direito, Dr. Wagner Ribeiro Rodrigues, da 1ª Vara Da Justiça pela Paz em Casa, Comarca de Feira de Santana, em (TERMO De COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 14/17-C, com data de 30/11/2016), idealizador do Serviço de “Atendimento Psicossocial ao Autor de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”.

“A iniciativa de se ter um trabalho mais aprofundado com os autores de violência e tentar solucionar esses conflitos familiares existentes entre as pessoas, e não somente buscar os efeitos da violência contra a mulher, e sim as suas causas, pra conseguir diagnosticar o que está acontecendo, quais são as razões da agressão, por que ela persiste se seria um fator unicamente, social, se seria algo cultural, e mais alguma coisa que estaria por trás disso” (Sr. Juiz de Direito, Dr. Wagner Ribeiro Rodrigues).

O Serviço funciona na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher conforme está previsto na lei:

Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde. (art. 29).

Essa equipe funciona levando total apoio e desenvolvimento ao serviço. O atendimento desenvolvido com os autores é algo novo, apenas com 3 anos de existência. No entanto já vem mostrando resultados positivos conforme será apresentado neste mesmo trabalho. Os resultados são dos atendimentos realizados a partir do dia 18 de Maio 2015 à dezembro de 2017.

Tabela 2: Quantitativo Geral De Atendimento

	Quantidade Ano 2015	Quantidade Ano 2016	Quantidade Ano 2017
Agressores atendidos	145	209	211
Atendimentos realizados	450	423	474
Encaminhamento realizado a rede socioassistencial	57	15	48
Idosos agressores	05	11	08
Agressores que voltaram o relacionamento com a vítima	39	31	
Situação de rua identificada	01	01	01
Faixa etária	18 à 72	18 à 71	

Fonte: (Vara de Violência Familiar e Domestica Contra a Mulher)

Esclarecendo a tabela acima, os atendimentos realizados são maiores que os atendidos, por que cada agressor tem em média de 2 a 3 atendimentos, podendo esse número aumentar conforme haja necessidade. Logo foram contabilizados todos os atendimentos.

Ressaltando que no ano de 2015 houve uma oficina para os supostos autores de violência, no qual o público alvo foram os homens em fase processual e que já tinham passado pelo atendimento psicossocial. Foram convidados 10 participantes,

comparecendo na palestra 09, tendo faltado apenas 01, número positivo de participantes, pois nessas palestras não há uma obrigação em participar, pois alguns têm suas especificidades, e nota-se o interesse de receber as orientações cedidas pelos profissionais no tocante a violência contra a mulher.

Além dos atendimentos realizados na cidade de Feira de Santana, o serviço também abrange outras cidades circunvizinhas assim como os distritos.

Tabela 3: Distritos E Outras Cidades

Distrito	Quantidade ano 2016	Quantidade ano 2017	Cidades	Quantidade ano 2016	Quantidade ano 2017
Maria Quitéria		4	Coração de Maria		1
Tiquaruçú	2	3	Antônio Cardoso		1
Matinha	3	2	Santo Amaro		1
Jaíba	1	2	Conceição do Coité		1
Ipuaçú	3	1	Conceição do Jacuípe		1
Tanquinho	1	1	Salvador	1	1
Mantiba		1	Serra Preta		1
Humildes	6	1	Bravo de Serra Preta		1
São José	2	1	São Paulo	1	
			Riachão	1	
			São Gonçalo	1	

Fonte: (Vara de Violência Familiar e Doméstica Contra a Mulher)

Diante desses dados podemos perceber o quanto o atendimento está sendo eficiente, abrangendo 09 distritos e 11 cidades. Em relação ao ano de 2015 não foram obtidos os dados.

Em relação à rede socioassistencial os atendimentos mantêm uma interlocução com o equipamento, de acordo com a NOB/SUAS (2005:94)

a rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativas pública e da sociedade, que ofertam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social.

No qual fizeram parte as instituições:

- Articulação com a Rede de Proteção Social Especial – PSE;
- Articulação com o Centro de Referência Maria Quitéria – CRMQ;

(solicitar relatórios psicossociais das vítimas atendidas);

- Articulação com o Centro Pop de Rua (agressor em situação de rua);
- Articulação com o CREAS Maria Regis;
- Articulação com o Conselho do Idoso;
- Articulação com a Casa Abrigo;
- Parceria com o projeto Ronda Maria da Penha “Ronda para Homens”;
- CRAS Lagoa Grande.
- CAPS’ad (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas)

Essa rede de articulação vem ajudando no desenvolvimento do serviço, pois cada agressor trás consigo suas demandas, que posteriormente precisam ser sanadas e encaminhadas.

Tabela 4: Quadro Comparativo Dos Tipos De Violências, 2015/2016/2017

TIPOS DE VIOLÊNCIA	TOTAL 2015	TOTAL 2016	TOTAL 2017
Violência Psicológica	21	82	88
Violência Física	98	137	68
Violência Moral	16	28	46
Violência Patrimonial	05	20	07
Violência Sexual	05	0	2

Fonte: Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

O que nos chama a atenção nesses dados, é a diminuição no número de agressão física, e o aumento da agressão psicológica, isso é prova de que as mulheres estão cientes da existência dos mais variados tipos de violência, conseguem diagnosticar com clareza aquilo que lhe atinge, como podemos ver na diminuição da violência patrimonial, uma violência tão comum, mais que trás para mulher danos irreversíveis.

Com relação ao perfil dos supostos agressores, não existe um definido, pois segundo dados fornecidos pelo atendimento psicossocial, o agressor não possui um perfil específico, eles estão em todas as classes sociais. Diante desse contexto as profissões também são variadas. No ano de 2016 foram detectadas 209 profissões, aparecendo em primeiro lugar à profissão de Pedreiro com 39, seguido de Autônomo 24 e Aposentados 14.

Acredita-se que a maioria desses agressores que aparece como pedreiro, esteja nos campos das construções civis, local onde se tem a maior concentração de homens.

Ainda em relação ao trabalho desenvolvido com o agressor, não podemos deixar de citar o projeto Ronda Para homens que é uma extensão do atendimento que é realizado na Vara de Violência doméstica e Familiar Contra a Mulher. O projeto “Papo para Homens” está em vigor desde agosto de 2017 e já passaram pelo mesmo cerca de 50 homens segundo informação cedida pela Ronda Maria da Penha.

“O ronda para homens é um trabalho justamente para sensibiliza-los, conscientiza-los, trazer alguns conhecimentos a esses homens no que diz respeito a violência doméstica familiar” (Cabo Florisvaldo Junior).

Segundo informações cedidas pela Ronda Maria da Penha o projeto já está na sua quarta edição, e vem surtindo efeito no tocante a não reincidência desses indivíduos. As reuniões são realizadas na Base Comunitária de Segurança do bairro George Américo, bairro esse com altos índices de violência no geral, e onde se estabelece facções criminosas. Esse é um dos motivos pelo qual dificulta o trabalho com esses homens pelo fato de muitos agressores terem problemas com essas facções e assim não podem adentrar nesse bairro, segundo informações cedidas pela Ronda Maria da Penha. Uma alternativa para a solução desse problema seria

um lugar específico para a realização dessas reuniões, que no caso o mais indicado seria no equipamento da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Lá seria o ambiente ideal, pois estar localizada em um bairro de fácil acesso, e com poucas incidências de violência no local, não compromete quem fosse utilizar do serviço.

Além desse serviço dentro da Base Comunitária de Segurança, a Ronda para Homens também alcança as escolas, ongs, igrejas, associações e todo lugar que venha ter a necessidade de uma intervenção desses profissionais.

Vale salientar que esse trabalho nas escolas é fundamental, pois o trabalho preventivo é de extrema importância, trabalhar sobre a violência contra a mulher com essas crianças ou adolescentes é trabalhar na perspectiva do amanhã não gerar um indivíduo com comportamento agressivo. Ele já cresce entendendo que não pode cometer violência com ninguém, principalmente com as mulheres. É somente por meio da educação que se acredita em uma possível mudança.

2.3 DESCONSTRUÇÃO DA CULTURA PATRIARCAL? NARRATIVAS DOS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Desde sempre em sociedade os papéis foram diferenciados, as relações quase sempre desiguais, e isso decorre de algo que chamamos de cultura⁸, “em seu sentido etnográfico, este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes ou quaisquer outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR 1871, p.1). Ou seja, somos produtos dessa relação existente em sociedade. Reproduzimos exatamente o que desde cedo foi imposto pela cultura idealizada.

A cultura é algo que perpassa todas as fases da existência entre os povos. Contudo o pai a figura do ser masculino, tinha poder irrestrito sobre os membros da família. Enquanto a mulher era tida como objeto sexual numa relação de dominação, exploração e opressão (SAFFIOTI 2015). No entanto a mulher sempre esteve em situação de desvantagem⁹ em relação ao sexo masculino, essa hierarquia imposta

⁸ Como o conceito de cultura é muito amplo, decididos por usar o autor TYLOR como referência pelo fato dele ter chegado mais próximo do que está propondo o texto.

⁹ A questão do poder implica relações sociais entre os sexos que são construídas com base em papéis em postos do ser mulher ou do ser homem. São, portanto, relações desiguais responsáveis pelo afastamento das mulheres dos círculos do macro-poder. Os direitos humanos são frutos, das

pela sociedade, do homem ter sempre o poder e estar sempre à frente das relações, trouxe uma grande divisão no tocante ao papel de gênero.

Todo esse contexto vai chamar de patriarcado, ou melhor, cultura patriarcal, que no seu amplo sentido, vai designar um regime de organização familiar, no qual o patriarca tem total domínio sobre as crianças e as mulheres têm suas raízes na estrutura familiar. Designa o poder masculino enquanto categoria social. Ainda segundo Saffioti “O patriarcado refere-se à milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina” (2015, p. 145).

No Brasil esse modelo de família começou no século VXI, a partir da herança cultural portuguesa e adaptada às condições socioculturais brasileiras da época (latifúndio escravista) com variações de acordo com cada região do país:

“Durante os três séculos de colonização, os europeus adaptaram aqui seus costumes milenares, incorporando-os a uma realidade vivida nos núcleos de povoamento rurais e urbanos, interiores e litorâneos, bem diversos dos peninsulares aos quais estavam acostumados” (NADER, 2008, p.126).

O modelo familiar brasileiro apresenta-se em três formas distintas na qual evidenciam: a manutenção da propriedade, das obrigações da mulher no lar e na família, pela divisão entre a atuação dos gêneros – que no caso se restringia o homem no espaço público e a mulher no espaço privado. O papel da mulher na sociedade em geral, no tempo da colonização trás em evidencia que família patriarcal foi um dos principais modelos da organização social brasileira, onde a tarefa desenvolvida por ambos era determinada pela natureza do sexo, fundamentando a ideia da divergência nas qualidades físicas e psicológicas entre homens e mulheres.

Com o patriarcado instaurado no Brasil, desenvolveu uma ordem social focada na descendência e no controle do masculino sobre o feminino, que foi o nascimento da família monogâmica, que a partir daí o homem teve domínio sobre o corpo e a sexualidade da mulher, o homem que determinava a quantidade de filhos

lutas políticas travadas em vários momentos da história, que, por sua vez, trouxeram conteúdo jurídico (TELES, 2007, p. 58).

e o espaço de tempo de cada um, o controle estava sempre nas mãos masculinas (SAFFIOTI 2015).

Outro aspecto é em relação à divisão sexual e social do trabalho entre homens e mulheres, e o controle das riquezas através dos casamentos elencados a partir de interesses estritamente financeiros. Nesse mesmo modelo patriarcal a relação monogâmica era tão somente uma forma de atender o próprio funcionamento do sistema, “a submissão da mulher na sociedade civil assegura o reconhecimento do direito patriarcal dos homens” (SAFFIOTI 2015, p. 140) não existia um sentimento por detrás dessa relação onde era predominante o domínio do homem sobre a mulher. Contudo essa opressão em relação à mulher vem se modificando, submissão que antes era dominante, agora minuciosamente vai se modificando, embora a autoridade e supremacia tenham permanecido nas mãos da classe masculina. Foi tão somente após a ausência desse homem no seio familiar, que a mulher ganhou destaque frente o comando da família, levando-as assim a participar do convívio em sociedade através do seu trabalho, seja ele no próprio âmbito doméstico, ou até mesmo na atuação de pequenos negócios.

Trazendo para nossa contemporaneidade podemos perceber uma pequena modificação na relação entre homens e mulheres, no tocante aos direitos e conquistas. Hoje a mulher se encontra mais empoderada devido ao espaço que foi conquistado na sociedade. Por outro lado, ainda são muitas as mulheres que vivem oprimidas por esse sistema “... a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos, quer na área profissional, quer na representação no parlamento brasileiro e demais postos eletivos políticos” (SAFFIOTI 2015, p.112). O patriarcado ainda tem forte influência na sociedade contemporânea, principalmente no que diz respeito à violência doméstica contra a mulher.

A sociedade que vivemos capitalista, burguesa, machista e conservadora, ainda não conseguiu desconstruir essa cultura que foi enraizada e que vem tendo uma reprodução assustadora. Reprodução essa que vem fazendo vítimas, e deixando um rastro de destruição por onde passa.

Diante desse contexto podemos acreditar na desconstrução da cultura patriarcal? É o que vamos entender na fala dos agressores de violência contra a mulher. Vale ressaltar a importância de entender como se dá esse ciclo de violência, se existe uma explicação para tal fato, embora existam fatores que não justificam a agressão.

A entrevista foi realizada na Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, no núcleo do atendimento psicossocial aos supostos autores de violência doméstica.

No ponto de vista de Gil (1999), a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das Ciências Sociais e ressalta ainda, que os profissionais que tratam de problemas humanos, utilizam dessa técnica não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação.

O método empregado nesta pesquisa foi o método exploratório qualitativo. Para MINAYO 1994 este método qualitativo trabalha “significados, motivações, crenças e estes não podem ser reduzidos a questões quantitativas, pois respondem a questões muito peculiares”.

Ainda para TRIVIÑOS (1987, p.142), a entrevista orientada por um roteiro semiestruturada, “parte de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa”, e ao mesmo tempo possibilita ao informante a liberdade para expressar-se, o que torna a investigação mais interessante frente à variabilidade de pontos de vista.

3 RESULTADO DA PESQUISA

Sendo assim o roteiro foi elaborado com oito questões que permitiram o conhecimento da idade, profissão, estado civil, o que levou esse homem a cometer violência contra a mulher, se existe fatores cultural ou social, se há o conhecimento sobre a Lei Maria da Penha, se ele reconhece que está inserido nesse contexto de violência, ou se há uma naturalização dos fatos, se há um arrependimento, enfim tentar entender esse fenômeno da violência partindo dele (agressor).

Por se tratar de um estudo descritivo, estudo de caso, de natureza qualitativa, os dados foram analisados através da técnica de análise de conteúdo. Inicialmente fez-se um levantamento das falas e posteriormente foi catalogada por expressões mais recorrentes, categorizando-as. Infelizmente, nem todas as entrevistas contemplaram o roteiro, por questão do agressor não querer falar sobre determinado assunto e serem bem objetivos nas respostas.

Foram entrevistados três homens com a faixa etária entre 26 e 50 anos de idade, com nível de escolaridade entre ensino fundamental incompleto e ensino médio completo, seguido das profissões de empresário, operador de máquina, e desempregado. Dois casados e um com união estável, todos têm filhos com as respectivas companheiras.

Na fala dos autores o que ficou evidente, é que os mesmos cresceram em um ambiente familiar desestruturado, onde ambos sofreram e presenciaram a violência entre os membros familiares, o pai que agredia a mãe, que agredia o filho, esse indivíduo cresceu vendo essa sequência de violência, e de forma totalmente naturalizada, pois era algo comum.

“eu apanhei muito, toda família tem turbulências, meu pai chegou um tempo que saiu de casa, e eu vi o sofrimento de minha mãe, chegou um tempo onde ela teve que dividir um ovo pra seis e ela ficar com fome, mais isso nunca veio levar pra eu chegar a esse ponto, pra depois que eu casei, o que eu não tive na minha infância, eu dei pra minha filha, do melhor possível, e hoje eu tô numa situação dessa” (entrevistado 1).

“meu pai é separado de minha mãe a muito, eu crescer em um lar de família separada, fui criado pela minha vó, meu tio foi como um pai pra mim, ele que terminou de me criar” (entrevistado 2).

“eu vivi com meus pais, mais saí de casa muito cedo, minha irmã se matou com depressão, e hoje eu estou depressivo diante dessa situação que estou vivendo”(entrevistado 3).

Esse homem ele não nasceu agressor, segundo frase¹⁰ de Karl Max ele afirma que “O homem é, em sua essência, produto do meio” ele é fruto de uma sociedade que trouxe consigo uma cultura que bater em mulher é normal, que o marido tem poder sobre a mulher, um machismo que está empregnado, e a desconstrução está longe de acontecer se não tiver um trabalho que envolve os sujeitos da relação e a sociedade civil organizada, com a participação fundamental do Estado, para ser o protagonista nesse avanço.

Os mesmos afirmam que não cometeram violência contra a mulher, que não sabem por que estão naquele atendimento, que não considera o ato que levou o mesmo a estar ali naquela posição de suposto agressor, pelo fato do processo ainda estar em andamento, um ato de violência, são considerados vítimas.

“o violentado foi eu, não foi ela foi eu, eu de vítima passei a réu, eu fui preso, julgado e condenado, e continuo sendo condenado”(entrevistado 1)

“eu não fiz nada, ela disse que eu ameacei ela, mais ela tava em São Paulo, como eu ia fazer isso? Ela inventou essa história pra mim prejudicar” (entrevistado 2)

“eu cometi mesmo a violência, considero que o que eu fiz foi um ato violento” (entrevistado 3).

O que podemos observar nessas falas é que eles não assumem o ato que cometeram como ato de agressividade, somente um assumiu ter cometido violência. Existe nessas ações uma naturalização da violência sobre as mulheres, o fato de eles terem crescido em lares totalmente desestruturado e ter sofrido e vivenciado atos de violência por parte dos seus familiares, levou os mesmos a reproduzir essa violência de uma forma natural, sem achar que está cometendo um crime.

No tocante aos fatores que levaram ao ato da violência, dois não quiseram falar, e um relatou que foi por motivo de ciúmes. Contudo sabemos que existem vários fatores que perpetuaram essa agressão. O Ministério Público Comarca de

¹⁰ Disponível no site: <http://pelegrini.org/cotidiano/3375>. Acessado no dia 28 de março de 2018.

Feira de Santana realizou uma pesquisa intitulada “VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: NÓS QUEREMOS SABER POR QUÊ!!”, nesse projeto foram analisados quatrocentos processos do ano de 2010 a 2104 existentes relacionados com a violência contra a mulher, e eles conseguiram a seguinte análise dos fatores causais mais próximos, que os autores definiram como, são os fatores circunstanciais do cotidiano que os envolvidos estão inseridos que influenciam para o fenômeno de violência doméstica e familiar.

Fatores causais contextuais da violência doméstica contra a mulher

Fatores causais contextuais proximais	Frequência	%
Desorganização ou desequilíbrio familiar	209	49,8
Modelos de violência nos espaços convividos, assistidos ou perpassados.	27	6,4
Uso predominante de agressão para disciplinar outrem ou promover a ordem em espaços convividos (casa, escola, trabalho)	151	36,0
Interesses patrimoniais familiares	76	18,1
Vulnerabilidade da moradia ou adjacências	17	4,0
Relação de autoridade e subordinação familiar patriarcal	153	36,4
FONTE: Ministério Público Comarca de Feira de Santana- BA		

Analisando esses dados que são do ano de 2014, ainda fica evidente na fala dos agressores hoje, que a questão da desestruturação familiar é algo muito presente nessa relação de violência, como afirma Miotto (2004) entende que o uso do termo “família desestruturada” não diz respeito apenas a uma questão semântica, mas “para nomear as famílias que falharam no desempenho das funções de cuidado e proteção dos seus membros e trazem dentro de si as expressões de seus fracassos, como alcoolismo, violências e abandonos”. (2004, p. 53- 54).

Em relação ao conhecimento sobre a lei Maria da Penha, dois relataram ter conhecimento sim, e um disse que não conhece, mais já ouviu falar, relatando que já tinha amigos que foram presos por ter infringido a lei, porém um deles foi bem ríspido na sua resposta demonstrando muita raiva na sua fala:

“eu odeio a lei Maria da Penha, por que ela só ajuda a mulher, era pra ter uma lei a favor do homem também, essa lei Maria da Penha hoje deu muita ousadia à mulher, existe muito homem ruim que merece a lei Maria da Penha, mas têm pessoas que não merece não, eu acho que eu não precisava da lei Maria da Penha não” (entrevistador 1).

Na sua fala mais uma vez aparece a naturalização da violência, eles não assumem que o ato cometido foi uma violência, que a mulher é errada em ter denunciado, pois independente da violência que o mesmo cometeu não precisaria tomar essa atitude. No entanto as mulheres estão tendo um maior conhecimento sobre os tipos de violência existente, e já conseguem identificar cada uma.

Quando perguntado sobre a existência de outros processos na justiça, a resposta foi negativa, sem a exposição de maiores detalhes por parte dos mesmos. Ainda perguntado sobre estar envolvido nessa situação de violência, as respostas foram:

“me sinto muito magoado, muito triste, por que pessoas que poderiam estar no meu lugar não tá, e eu tô” (entrevistado 1)

“rapaz ... to normal... só fiquei sentido por causa de minha família, meus filhos, por que uma fica comigo e a outra fica com ela, só saudade da minha filha mesmo, pronto, só isso mesmo” (entrevistado 2)

“eu adoeci com essa situação, estou com depressão, não é fácil pra mim esta vivendo essa situação” (entrevistado 3).

Existe nas falas um sentimento de impotência por não poderem fazer mais nada diante dessa situação, ao menos esperar o julgamento, ou retomar o relacionamento com as respectivas parceiras, que na maioria das vezes eles voltam para seio familiar, segundo a Assistente Social que os atende.

E por fim a última pergunta que é sobre o arrependimento de ter cometido a violência: Os mesmos foram sucintos nas falas, somente um disse não estar arrependido do que fez, e os outros se colocaram no lugar de vítima e não de agressor, ou seja, pra eles não existiu nenhuma ato de violência, então não existe o arrependimento.

Diante dessas falas, e desse contexto ora apresentado, esse suposto agressor não precisa de um atendimento mais extensivo? Como fazer que esse

agressor se responsabilize pelo seu ato? Parar esse ciclo de violência, ou deixar esses homens seguirem reproduzindo tudo, porém agora fazendo outras vítimas? Como combater a violência contra a mulher sem trabalhar o principal agente que é o agressor?

[...] fundamental em uma intervenção desta natureza com o agressor, levando-o a uma reflexão sobre seu padrão de relacionamento familiar e sobre conceitos arraigados de gênero que a cultura machista lhe impôs, para, com isso, buscar romper padrões violentos de comportamento. (BRANCO; ALMEIDA, 2012, p. 96-97)

É partindo desse pressuposto que ao longo desse trabalho vem se mostrando todo desenvolvimento em torno desse agente agressor. Intervir junto a esse homem, é proteger a mulher em todos os aspectos, e não reforçar a ideia de que está defendendo o agressor.

Conforme demonstrado por Medrado, ao citar o posicionamento de Heleieth Saffioti, “as pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical quando se trabalha exclusivamente com a vítima” (2008, p. 81).

Essa temática é muito importante, porém ainda falta uma maior visibilidade frente à figura do Estado para intervir nesse contexto, e é somente através dessa luta granjeada por profissionais que acreditam em uma possível mudança, que vale muito a pena continuar essa jornada, na perspectiva de bons resultados vindouros.

3.1 OS DESAFIOS E LIMITES NO ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL, POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Diante da importância que existe em atender esse agressor, este item busca entender como se dá a materialização desses atendimentos, e como o profissional Assistente Social e Psicólogo, se sente estando inserido neste contexto, bem como suas implicações e motivações.

A metodologia aplicada foi uma entrevista semiestruturada, o roteiro feita para os profissionais se estruturou em nove perguntas para a Assistente Social, e quatro para o psicólogo. Todas as perguntas foram do tipo aberta, para permitir que as falas se ajustassem de maneira a esclarecer pontos que precisavam de maior

ênfase. Todos os entrevistados nessa pesquisa, estavam cientes do que se tratava a entrevista e foram solicitadas as autorizações necessárias e assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E). As entrevistas foram gravadas no equipamento durante o horário de funcionamento do mesmo.

Tendo como ponto de partida a violência doméstica contra a mulher, com ênfase no autor, ao longo desse estudo foram discutidos aspectos importantes dessa temática, ressaltando entender como se dá esse fenômeno da violência na partindo do agressor, foi necessário o percurso de um caminho metodológico, cujo o ponto de chegada se dará na análise do conteúdo da fala da entrevistada (Assistente Social) a respeito do trabalho realizado no equipamento.

De início foi feita a pergunta que corrobora com os dados expostos neste trabalho, que é em relação à importância do atendimento ao agressor:

“Acho de grande importância a atenção, o atendimento a esses supostos autores de violência doméstica, visto que eles precisam ser ouvidos, esclarecidos sobre a violência cometida, bem como ser orientados para não cometer a violência e evitar a não-reincidência” (Profissional).

A fala dela vem afirmar a efetividade do trabalho desenvolvido, embora que pra ela seja algo ainda em construção devido o atendimento ser novo. No entanto essa acolhida, essa escuta aguçada, faz com que os envolvidos nesse atendimento sintam-se a vontade para relatar os fatos ocorridos, e não se sintam desprezados em meio ao contexto inserido.

Em relação ao não comparecimento desse agressor ao atendimento:

“o suposto autor de violência doméstica tem um prazo de 05 dias estabelecido pelo juiz para comparecer ao atendimento psicossocial. Esse prazo consta dentro das medidas protetivas de urgência que o suposto agressor recebe em seu endereço através do oficial de justiça, não sendo cumprido esse prazo o suposto agressor corre risco de prisão” (Profissional).

Esse prazo normalmente é cumprido, quando se fala de justiça eles se amedrontam e não hesitam em ir, embora a maioria não tenha conhecimento do que será feito nesse atendimento, e esse é um dos questionamentos dos mesmos sempre, não saber o porquê estar ali. Logo que percebem que é algo positivo se sentem mais tranquilo e relatam tudo que aconteceu.

Em relação a parceiras privadas a mesma relatou que ainda não existe, que no momento a única parceria é com a Ronda para Homens, no qual já foi citado neste trabalho, não necessitando mais delongas.

Já foi citado neste trabalho a importância de se trabalhar em rede, com isso no atendimento psicossocial não é diferente, no entanto a rede que trabalha em conjunto com o atendimento é a mesma que dá suporte a mulher vítima da violência, então a pergunta feita foi se há algum preconceito em relação a rede socioassistencial:

“Acredito que a rede socioassistencial ainda precisa ser esclarecida sobre a funcionalidade dos atendimentos aos autores de violência doméstica. Preconceito acredito que não, há sim uma falta de entendimento no que se refere ao atendimento a esse suposto agressor a fim de evitar futuras violências” (Profissional).

É essa falta de entendimento em relação ao atendimento que acaba não desenvolvendo o trabalho como ele deveria ser, no entanto a um trabalho árduo da profissional para trazer a sociedade uma maior visibilidade e entendimento a esse trabalho realizado com os supostos agressores.

E em relação à ressocialização desse agressor a mesma respondeu:

“Sim, acredito. Esclarecer a esses homens que a violência contra a mulher é um problema grave e que tem como ser evitado é válido sim, e por meio da reflexão fazê-los mudar suas atitudes em relação ao tratamento dado sua companheira ou ex-companheira, filhos, etc. A ressocialização acaba quebrando o ciclo da violência, visto que esses homens atendidos na maioria das vezes voltam ao relacionamento com as vítimas” (Profissional).

Mais uma vez a fala vem afirmando a importância do trabalho com esses homens, se não existir um olhar, uma atenção maior para esses indivíduos, esse ciclo de violência não terá um fim, lutar em favor das vítimas é algo de extrema importância, mais deixar de lado o agente causador dessa violência é ter a certeza que esta será reproduzida piamente com outras mulheres.

E por fim foi perguntado sobre ser feito para reverter à postura agressiva / violenta desse sujeito:

“É indispensável a (re)educação desses sujeitos sobre os valores da mulher e da família; O acompanhamento e o encaminhamento aos setores de saúde, por exemplo, quando identificado que o fator gerador da violência é o álcool ou drogas; A participação desses sujeitos em Cursos ou Programas

Educativos com profissionais habilitados e equipe multidisciplinar, tendo em vista que só a privação da liberdade em si não promove a mudança de comportamento, o que inviabiliza a redução dos índices de reincidência; Dentre outros serviços prestados na rede socioassistencial que possam demandar esses sujeitos” (Profissional).

A importância de se assumirem dependentes de drogas lícitas e ilícitas, já é algo que é de grande valia, pois se esse foi o fator que levou o ato da violência, o mesmo terá a possibilidade de uma possível intervenção no combate a esse vício. O que ocorre é uma resistência por parte dos atendidos, na maioria das vezes por motivos de trabalho, muitos não conseguem nem começar o tratamento.

Após a análise da fala da Assistente Social, será analisada a fala do psicólogo, sendo sua participação importante nesse processo já que o atendimento é psicossocial.

Foi perguntado ao mesmo qual a visão da psicologia em relação a esse atendimento.

“O fato do indivíduo ter um espaço exclusivo para falar suas mazelas e desafios da vida, já é terapêutico. No que concerne ao atendimento ao réu “acusado” de agressão doméstica, essa escuta acolhedora por parte do profissional faz toda a diferença, independente do acusado ser culpado ou inocente. Pois muitas vezes é o primeiro momento do processo que o mesmo está sendo ouvido”(Profissional).

Nessa fala do profissional algo que chama atenção é para essa questão do acolhimento, esse olhar mais humano para esse indivíduo. Esse momento é algo muito importante pois o mesmo já chega a instituição carregado de problemas, e encontra nesse atendimento segurança para expor sua situação na perspectiva de uma possível ajuda. Segundo afirma o autor BLEGER¹¹ 1998:

“é sempre uma experiência vital muito importante para o entrevistado; significa, com muita frequência a única possibilidade que tem de falar o mais sinceramente possível de si mesmo com alguém que não o julgue, mas que o compreenda” (pag.40).

Sobre a eficácia do atendimento o profissional relatou:

“É sim, pois a obrigatoriedade da participação tem a tendência de causar auto responsabilização (punição emocional) do sujeito e avaliar mais adequadamente situações futuras”(Profissional).

¹¹ Bleger José psiquiatra e psicanalista argentino marxista e militante comunista, um especialista na psicose clínicas. Informação disponível no site: <http://psicopsi.com/pt/bleger-jose/>. Acessado no dia 27 de Março de 2018.

Essa obrigatoriedade imposta pela justiça a esse sujeito agressor tem levado os mesmos a refletir sobre sua conduta, trazer o impacto e responsabilização dos seus atos. Porém para que isso ocorra é necessário que as vítimas denunciem o agressor, pois é somente por esse meio que o mesmo irá passar por esse atendimento.

Para entender melhor o ponto de vista da psicologia em relação a esse atendimento, foi perguntado se existe algum fator predominante nessa situação de violência:

“Segundo o Behaviorismo¹², quando temos uma “punição” física ou emocional, tendemos a nos precaver em situações futuras ao ponto de evitar situações semelhantes”(Profissional).

Segundo esse método usado pela psicologia, não existe um fator predominante no tocante a ação praticada pelo agressor.

Por fim foi perguntado sobre as dificuldades nesse atendimento:

“Não vejo dificuldade ao atendimento proposto, visto que a proposta desse atendimento é realmente fazer esse acolhimento inicial e informar no processo sua presença.

Mas percebo que não há um acompanhamento contínuo para o réu culpado. Isso seria de extrema importância para o desenvolvimento emocional do indivíduo e evitar possíveis reincidências”(Profissional).

Diante da fala dos profissionais, o que se pode perceber é um longo e arduo caminho para a efetivação desse serviço. Trabalhar com esses homens em uma sociedade capitalista, machista, patriarcal, é algo mais que desafiador, tentar romper com esses princípios enraizados na sociedade e promover uma desconstrução desses princípios é um embate que o profissional terá que encarar todos os dias. A luta ela é diária, e mesmo que venha o desamino, o compromisso com a profissão é bem maior do que qualquer obstáculo que venha surgir.

¹² Behaviorismo significa o conjunto de abordagens que propõe o comportamento como objeto de estudo da psicologia. Informação disponível no site: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Behaviorismo>. Acessado no dia 27 de Março de 2018.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou oferecer uma contribuição para o debate em relação ao autor de violência doméstica, buscar entender esse fenômeno partido dele como agente causador da situação. Falar do agressor em contexto social marcado pelo capitalismo, machismo e patriarcalismo é algo desafiador. Tentar desconstruir de uma sociedade aquilo que já vem embutido desde sempre é quase impossível.

No entanto o que se pode perceber é que existe o interesse de trabalhar o agressor, porém essa vontade se esbarra na falta de uma política pública que venha garantir os direitos perante a sociedade. “Mais o agressor ele não precisa de atendimento”. “Ele tem que pagar pelo que fez”. Essas são frases ouvidas de uma sociedade cujo entendimento se encontra fechado, e que de forma alguma tem o interesse de ampliar esse olhar.

Aqui não está em pauta a absolvição de um crime cometido ou apologia à impunidade, nem “passando a mão na cabeça de ninguém”, o que está em discussão é um cidadão com direitos, a lei estabelece que ele precisa de um atendimento com uma equipe multidisciplinar e passar por centros de reabilitação para que seja repensada a sua conduta, e daí em diante possa haver uma transformação no tocante há não reprodução dessa violência. Mais o que é perceptível, é que não existe essa parte da lei no entendimento de muitos, ninguém fala do agressor, como combater a violência doméstica sem trabalhar aquele que é o agente causador?

O que se vê muito na mídia, e nos dispositivos de comunicação, é campanhas e mais campanhas em favor da violência doméstica, é um tema que está mais em evidência nos últimos tempos, e isso é bom, mas em nenhuma delas se ouve falar em trabalhar esse agressor, porém, não é desse forma que se combate a violência tocando somente em uma das partes, a sociedade parece não entender que este fenômeno da violência é um ciclo, ele não tem fim, é uma reprodução que vem passada de geração à geração por um fator cultural, hoje se tem a oportunidade de tentar parar esse ciclo, trabalhando ambas as partes, em favor de um só objetivo, a proteção à vítima e há não reprodução dessa violência.

O trabalho leva a crer que a educação preventiva ainda é o melhor caminho, isso corrobora com o que vem sendo desenvolvida na cidade de Feira de Santana pela Ronda Maria da Penha, descobrir a causa desse fenômeno social nos levará a uma mudança de política pública, ao invés da mobilização dos órgãos públicos e privados estarem dedicados na luta ao combate da violência doméstica, estarão agora com o trabalho de prevenção, visto que a mesma sempre será a melhor política pública de qualquer problema social.

No entanto esse trabalho de combate à violência contra a mulher não é tão eficaz, pelo fato de não reparar os danos causados as vítimas. São muitas as mulheres que trazem consigo um histórico de sofrimento, não somente para as mesmas, mas para aqueles que a rodeia. Quantas famílias enlutadas, quantas mulheres mutiladas trazendo em seu corpo as marcas da dor, sem contar aquelas que se silenciam em meio às agressões não denunciando o agressor. O maior exemplo vivo é a criadora da lei Maria da Penha que por muito pouco não teve sua vida ceifada, e esse sofrimento lhe impulsionou a lutar por uma causa que envolvia todas nesse processo de opressão, conquistando assim uma das leis mais eficaz no combate à violência contra a mulher.

Contudo a conquista da lei em favor da proteção à mulher trouxe seus benefícios, mas jamais anulará os prejuízos deixados na vida e na memória de muitas, ela não trará os movimentos perdidos dos membros inferiores de Maria da Penha, assim como não trará a visão, e nem ressuscitará aquelas que já partiram para sempre. O ponto de partida desse trabalho de prevenção são as crianças, ter um trabalho pedagógico voltado para essa problemática é um começo significativo, considerando também os jovens e adolescentes, onde o entendimento dos mesmos já está formado. O objetivo é uma desconstrução no tocante à naturalização dessa violência as mulheres, e a consciência da não reprodução da mesma.

Assim como a cidade de Feira de Santana vem sendo pioneira no tocante ao trabalho com o agressor, bom seria que esse modelo de trabalho fosse adotado por outros, estados, cidades e países. Os profissionais envolvidos nesse processo encontram-se engajado nessa luta, e é assim que tem que proceder, a luta não pode parar.

Esse tema tem que ser mais debatido, e aqueles que se encontra envolvido no processo profissional ainda é minoria, mais já uma voz que clama no deserto, que se juntando à muitas outras vozes pode-se chegar muito longe.

A conclusão desse trabalho é que existe um forte preconceito que emana da sociedade civil, e um Estado que vira as costas para um problema tão grave.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Dados fenechos pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**. Disponível em: <https://www.psicossocialvaradamulherfsa@gmail.com> Acessado em: 26 fev 2018.

BRASIL. **GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/GEVID> . Acessado em 26 fev. 2018

BRASIL. **GRUPO REFLEXIVO TEMPO DE DESPERTAR**. Disponível em: <http://www.justicadesaia.com.br/> . Acessado em 26 fev. 2018

BRASIL. **Instituto NOOS grupos reflexivos**. <http://www.noos.org.br/>. Acessado dia 27 fev. 2018

BRASIL. **Lei 11.340**. Brasília, 2006.

BRASIL. Mapa da violência 2015 homicídio de mulheres no Brasil. https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf acessado dia 17 de jan. 2018

BRASIL. **NORMA OPERACIONAL BÁSICA NOB/SUAS**. <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf> acessado dia 26 fev. 2018

BRASIL. **SIGNIFICADO DA PALAVRA BEHAVORISMO** . <https://pt.wikipedia.org/wiki/Behaviorismo>. Acessado no dia 27 de Março de 2018.

BRITO, Fernanda de Asevêdo. **“O PAU QUE DÁ EM CHICA, DÁ EM FRANCISCA?!”**: Sobre a violência contra a mulher, a articulação dos órgãos da Rede de Prevenção e Atendimento de Feira de Santana com ênfase nos desafios e perspectivas do Centro de Referência Maria Quitéria”. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação) – Curso de Serviço Social. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016.

GRESS. **CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**. Conselho Federal de Assistentes Sociais (Lei nº 8662/93). Março de 1993.

DATASENADO. **Pesquisa de Opinião Pública Nacional: Violência no Brasil**. Abril de 2007. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2015/08/10/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher>. Acessado em 01 de FEVEREIRO de 2018.

FEIRA DE SANTANA. **Dados sobre a rede socioassistencial de proteção a mulher.** Disponível em : <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/sedes> . Acessado em 17 de Jan. 2018

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica.** 2. Ed. Zehar Editores, Rio de Janeiro, 1976.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, n.91, Ano XXVIII, p.5-33, 2007.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

JOSÉ. **ESTUDO DA PSICANÁLISE E PSICOLOGIA** . Disponível em: <http://psicopsi.com/pt/bleger-jose/>. Acessado no dia 27 de Março de 2018.

MARCONDES FILHO, C. **Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira.** São Paulo Perspectiva, ISSN 0102-8839 versão impressa. São Paulo, v.15 n.2, abr./jun. 2001. Disponível em www.scielo.br. Acessado em 28 de Jun. 2014.

MEDRADO, B.; R. P. **Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres.** **Psicologia & Sociedade;** 20. Ed. Especial, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 1993.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e serviço social.** ed. São Paulo: Cortez.2001

OMS. **Tipologia e natureza/formas da violência:** Organização Mundial de Saúde 2002. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=31079&janela>. Acessado em 13 de fev. 2018.

PASTORINI, A. A categoria: questão social em debate. São Paulo, SP: Cortez, 2004 (Questões da nossa época, v.19).

PELEGRINE. **“O HOMEM É EM SUA ESÊNCIA, PRODUTO DO MEIO”** . <http://pelegrini.org/cotidiano/3375>. Acessado no dia 28 de março de 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** 2. Ed. Vozes Ltda.: Petrópolis, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero Patriarcado Violência**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAMPAIO, Crisnanda Queiroz. **EM NOME DAS MARIAS, JOANAS E QUITÉRIAS: Lei Maria da Penha, do Papel à Implementação em Santo Antônio de Jesus-BA**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação) – Curso de Serviço Social. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2017.

TELES; Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. 2003. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, and Custom**. London: John Murray, 1871.

VASSALLO. **TEMPO DE DESPERTAR VIRA LEI**.
<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/tempo-de-despertar-vira-lei/>
acessado dia 27 fev.2018

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

TÍTULO DA PESQUISA: Violência Doméstica contra a Mulher em Feira de Santana:
O autor em pauta.

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**
UFRB- Coordenação de Serviço Social. Eu

_____, declaro que estou ciente da minha participação na pesquisa como o título acima citado que tem como objetivo principal analisar a violência doméstica, junto aos autores e as vítimas na Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher na cidade de Feira de Santana BA. A minha participação será registrada através de uma entrevista semiestruturada. Fica acordado que a minha identidade será inteiramente preservada e que as informações por mim fornecidas serão exclusivamente utilizadas para fim de pesquisa científica. Os resultados do estudo serão divulgados em congressos, publicações científicas e/ou publicações de modo geral. Estou ciente que se trata de uma atividade voluntária e que a participação não envolve remuneração. Tenho total liberdade de não responder a determinadas questões, tirar dúvidas durante o processo de estudo, excluir do material da pesquisa informação que tenha sido dada ou desistir da minha participação em qualquer momento da pesquisa, exceto após a publicação dos resultados. Também posso recusar e/ou retirar este consentimento, informando aos pesquisadores, sem prejuízo para ambas as partes a qualquer momento que eu desejar.

Após ter lido e discutido com a pesquisadora os termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa. A minha participação é formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pela pesquisadora.

Feira de Santana, ____/____/20_____.

Participante - Assinatura: _____

Pesquisador - Assinatura: _____

Professor responsável: _____

APÊNDICE B: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO DE ENTREVISTA (Técnica do Atendimento Social ao agressor)

Formação: _____

1. De acordo com os atendimentos prestados aos supostos autores de violência doméstica, como você avalia o atendimento prestado aos mesmos?
2. Existe um tempo pré - estabelecido para esse acompanhamento?
3. O não comparecimento desse suposto agressor ao atendimento gera alguma penalidade?
4. Esse projeto é realizado em outras cidades ou estados do Brasil?
5. Existe alguma parceria junto ao sistema privado?
6. Como o atendimento é visto pela rede socioassistencial? Existe algum preconceito da mesma por se tratar do agressor?
7. Existe algum preconceito da sociedade junto a esse atendimento?
8. Você acredita na “ressocialização” do agressor? Justifique.
9. O que mais pode ser feito para reverter à postura agressiva / violenta desse sujeito?

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Supostos autores de violência doméstica)

Formação: _____

- 1 Na sua infância você presenciou/vivenciou e/ou sofreu alguma violência?
- 2 Como você descreve a sua família de origem? Como se estabeleciam as relações nesta família?
- 3 Você acha que seu ato que te trouxe a esse atendimento configura-se uma violência/agressão?
- 4 Existe algum fator que motivou/contribuiu para essa ação?
- 5 Qual seu conhecimento em relação à lei Maria da Penha?
- 6 Você já teve algum problema com a justiça?
- 7 Como você se sente inserido nesse contexto que aborda a violência/agressão?
- 8 Você se arrepende do que fez?

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Técnico Psicólogo do atendimento ao agressor)

Formação: _____

1. Qual visão da psicologia em relação a esse atendimento?
2. O resultado desse atendimento é satisfatório?
3. A psicologia enxerga algum fator predominante nessa situação?
4. Quais as maiores dificuldades nesse atendimento?

